



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

**Interação Família – Escola: Estudo Comparativo
Entre Uma Escola Pública e Uma Escola Privada**

Celestino Matondo Lopes

Orientação: Professor Doutor José Lopes Cortes Verdasca

Mestrado em Ciências de Educação

Área de especialização: **Administração e Gestão Educacional**

Dissertação

Évora, 2014

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

**Interação Família – Escola: Estudo Comparativo Entre Uma
Escola Pública e Uma Escola Privada**

Celestino Matondo Lopes

Orientação: Professor Doutor José Lopes Cortes Verdasca

Mestrado em Ciências de Educação

Área de especialização: Administração e Gestão Educacional

Dissertação

Évora, 2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Pai, por tudo quanto tem feito na minha vida.

Agradeço imensamente ao meu orientador Prof. Doutor José Lopes Cortes Verdasca.

Agradeço às direções das Universidades da Évora (Portugal) e Metodista (Angola)

Agradeço a toda minha família e a todos os colegas que juntos caminhamos neste percurso.

Os meus agradecimentos são extensivos a todos que contribuíram direta ou indiretamente para o sucesso da minha formação.

RESUMO

Interação Família – Escola: Estudo Comparativo Entre Uma Escola Pública e Uma Escola Privada

A presente dissertação tem como tema principal a interação entre a família e escola e fundamenta-se no envolvimento dos pais na vida escolar e da escola na vida da família, tendo a criança/aluno como intermediário. A família é considerada o núcleo social, ou seja, o primeiro espaço do desenvolvimento do processo educativo, é onde se inicia a socialização da criança, dando à escola a sua continuidade e complementaridade. A interação entre a família e a escola constitui o alicerce seguro para o sucesso escolar e social da criança. Quer a família, quer a escola influenciam no sucesso ou insucesso da criança. A identificação dos mecanismos capazes de incentivar e promover a convivência sadia entre ambas é cada vez mais necessária tendo em conta a sua implicação na vida da criança. O nosso trabalho cingiu-se propositadamente ao ensino primário, por ser um nível escolar onde a criança é totalmente dependente da família, o que reforça a necessidade do seu envolvimento. Os resultados obtidos através da aplicação de questionário, mostram a necessidade de implementar políticas e mecanismos que promovam a aproximação entre a família e escola e o impacto que esta interação tem no aproveitamento escolar do aluno. A busca pelos melhores caminhos deve constituir continuamente uma aposta dos profissionais e dos pais. Cabe à escola e à família assumirem as suas funções adequadamente e interagirem para garantir o sucesso escolar e o bem-estar do aluno.

PALAVRAS-CHAVES

Interação família-escola; ensino e aprendizagem; sucesso e insucesso escolar.

ABSTRACT

Family-School Interaction: A Comparative Study Between Public School and Private School

The dissertation upon interaction between the family and school is based on parents involved upon school life and the school of family's life, loving a pupil as channel. The family as social unit, the first space of development of educative process, begins a infant in group, where the school goes on and complete. The interaction between the family and to school is the solid base the school success and social of the child. Either as school or in the society. The identification of mechanism upto motivate and developed possibilities betewn the family and the school as useful as it can appear considering implication on the child's life. This work is based mainey upon the primany school where the child depends upon his own family, that is increases necessities of his participation. The results goes from the questionair shaus necessity of putting ways and mechanisms that may help to approximate the school and the family, and the impact of this interaction of a pupil's beneficts. There are some difficulties between the two parts. But the search of must constitute a gool of professional and parents. As well as the school and the family accept a their functions and communicate to guaranty a school success and the pupil's good future.

KEY WORDS

Interaction family-school; teaching and learning, school success and unsucess.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	I
AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
ÍNDICE DE TABELAS	VII
INTRODUÇÃO	1
PARTE I - REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	9
1. Família e Escola: pilares do processo de Ensino e Aprendizagem.....	11
<i>1.1. Família, o berço da aprendizagem</i>	<i>13</i>
<i>1.2. A Família no contexto dos povos Bantu</i>	<i>18</i>
<i>1.2.1 Educação nas Famílias Bantu</i>	<i>21</i>
<i>1.3. A Família face às mudanças sociais</i>	<i>22</i>
<i>1.4. Escola e suas funções</i>	<i>23</i>
<i>1.4.1. Os Profissionais da Escola</i>	<i>25</i>
<i>1.4.1.1. Agentes administrativos da escola.....</i>	<i>26</i>
<i>1.4.1.2. Professores.....</i>	<i>27</i>
<i>1.4.2. Escola: espaço multicultural.....</i>	<i>34</i>
<i>1.4.3. A Escola e os Alunos</i>	<i>36</i>
<i>1.4.3.1. Problemas do Aluno na Escola.....</i>	<i>37</i>
<i>1.5. Relacionamento Família-Escola.....</i>	<i>40</i>
<i>1.6. Escola, Família e Comunidade: Uma convivência firme</i>	<i>44</i>
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	48
CAPITULO 1 - OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	49
1. Caraterização da Amostra.....	49

1.1. <i>Escola Pública</i>	50
1.2. <i>Colégio Privado</i>	51
2. Procedimentos na coleta de dados	51
2.1. <i>Questionários</i>	52
3. Considerações gerais	53
CAPITULO II- APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	54
1. Apresentação dos resultados dos questionários	54
1.2. <i>Questionário aos Professores</i>	54
1.2.1. <i>Caracterização dos Respondentes por Idade e Tempo de Serviço</i>	54
1.2.2. <i>Respostas às questões colocadas</i>	55
1.3. <i>Questionário aos Encarregados de Educação</i>	64
1.3.1. <i>Caracterização dos Encarregados da Educação</i>	64
1.3.2. <i>Respostas às questões colocadas</i>	66
1.4. <i>Análise conjunta das respostas</i>	69
1.4.1. <i>Consolidado sobre o relacionamento escola - Encarregados de Educação</i>	70
CONCLUSÃO	75
SUGESTÕES/RECOMENDAÇÕES	80
BIBLIOGRAFIA	81
ANEXOS	83

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Caracterização por Idade e Tempo de serviço	54
Tabela 2 Identificação dos respondentes por sexo	55
Tabela 3 Relacionamento entre a escola e os encarregados de educação (família)	55
Tabela 4 Deslocação da família à escolar.....	56
Tabela 5 Nível académico do Encarregados de Educação	57
Tabela 6 Período de contacto	58
Tabela 7 Posição profissional dos Encarregados de Educação	59
Tabela 8 Iniciativa dos contactos.....	60
Tabela 9 Regularidade dos contactos	61
Tabela 10 Dificuldades na regularidade dos contactos	62
Tabela 11 Participação dos Pais/Encarregados de Educação	63
Tabela 12 Aproveitamento do aluno	63
Tabela 13 Caracterização dos Pais/Encarregados de Educação por idade	64
Tabela 14 Caracterização Pais/Encarregados de Educação por Sexo	65
Tabela 15 Ocupação profissional dos Pais/Encarregados de Educação	65
Tabela 16 Nível académico dos Encarregados de Educação.....	66
Tabela 17 Relacionamento Escola - Encarregado de Educação.....	67
<i>Tabela 18</i> Frequência da deslocação à escola (género).....	67
Tabela 19 Período de contacto.....	67
Tabela 20 Iniciativa dos contactos	68
Tabela 21 Dificuldades na regularidade dos contactos	68
Tabela 22 Participação dos Encarregados de Educação	69
Tabela 23 Relacionamento Escola - Encarregados de Educação	70
Tabela 24 Teste Qui-quadrado relacionamento Escola - Encarregados de Educação....	70
Tabela 25 Relação da deslocação à Escola.....	71
Tabela 26 Teste Qui-quadrado relação da deslocação à Escola	71
Tabela 27 Período de contacto.....	72
Tabela 28 Teste Qui-quadrado período de contacto	72
Tabela 29 Relação da iniciativa dos contactos	72
Tabela 30 Teste Qui-quadrado relação da iniciativa dos contactos.....	73
Tabela 31 Relação dificuldades na regularidade dos contactos	73
Tabela 32 Teste Qui-quadrado relação dificuldades na regularidade dos contactos	73
Tabela 33 Relação participação Encarregados de Educação.....	74

Tabela 34 Teste Qui-quadrado Relação participação Encarregados de Educação 74

INTRODUÇÃO

O trabalho que nos propomos desenvolver visa pesquisar o impacto da interação entre a família e a escola, duas instituições socialmente responsáveis pela formação do indivíduo. A escola não pode existir sem a família, pois ela é um importante apoio e recurso para a escola. Procuramos, assim refletir neste trabalho sobre a importância da interação entre a família e a escola no processo educativo.

A família, como primeiro núcleo social da formação e desenvolvimento da criança, marca os primeiros passos na linguagem e socialização e no campo das aprendizagens e conhecimentos da vida da criança.

A Escola sendo o centro científico vocacionado para o ensino e aprendizagem acolhe o aluno proveniente da família por intermédio dos pais ou de outros parentes próximos e o relacionamento que se estabelece entre a família e a escola requer proximidade e comunicação permanente, com a finalidade de assegurar a formação e o desenvolvimento do Ser Humano – Aluno.

A realidade mostra que toda educação parte de casa, da família, é no lar que a criança começa a interiorizar os aspectos primários do comportamento e da convivência social. Mais tarde, para dar continuidade ao processo educativo e de aprendizagem a criança é conduzida à escola pelos pais, onde irá encontrar uma nova realidade, desde a aprendizagem até a convivência. A partir desse momento a criança está no meio de um processo de interação entre os pais e a escola, levando para a escola traços característicos do comportamento adquirido na família, através dos pais e outros parentes, e da escola traz para a casa novos elementos de convivência.

A atitude dos pais face à nova imagem da criança passa a ser importante com vista a orientá-la, ao mesmo tempo, a escola, através dos profissionais do processo educativo, engaja-se em descobrir aquilo que a criança traz de casa e orienta-a sobre a convivência social e treina-a para os desafios futuros que os pais já tinham iniciado na família.

Tanto a família como a escola desempenham um papel importantíssimo para o presente e o futuro da criança. Pois deste papel pode surgir o sucesso ou fracasso da criança ao longo da sua vida futura. Isto é, o futuro da criança/aluno está intimamente ligado à atividades destas duas instituições, para além de outras que podem também influenciar no comportamento e na aprendizagem. Se a família e a escola assumem um espaço tão importante na vida dos indivíduos, então a convivência entre ambas deve ser

harmoniosa, uma vez que as suas funções se complementam, ou seja, uma precisa da outra para tornar eficaz o alcance dos seus objetivos.

A relação entre ambas as instituições deve-se sustentar nos aspetos sinérgicos, uma vez que a realização de ações interativas entre elas terá um reflexo no filho/aluno. Assim, a família necessita dos serviços prestados pelos profissionais escolares, de modo a completar as necessidades educativas do filho e a escola não pode existir sem a família, pois dela nasce o indivíduo que ela recebe como aluno.

As pesquisas realizadas neste campo mostram que o envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos contribui positivamente para o sucesso escolar dos mesmos (Cunha, 1997; Revez, 2004; Gaspar & Diogo, 2010; Sampaio & Veiga, 2010) e a escola e a família devem aproximar-se uma da outra. A interação entre a escola e a família constitui uma mais-valia, não apenas para o sucesso dos alunos, mas também para da própria família, para o alcance dos objetivos escolares e para a implementação das políticas educativas na escola.

Os agentes educativos precisam refletir profundamente sobre realidade do processo educativo, quer na escola, quer na família. Urge a necessidade de se encontrar os mecanismos favoráveis para o desenvolvimento de um processo educativo tendente a formação integral do indivíduo. A coabitação entre a família e a escola no processo educativo dos alunos, envolve a formação adequada dos professores, gestores escolares o treino da família face às suas funções e desafios. O envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos e nas atividades levadas a cabo pela escola pode ser incentivada pela democratização das instituições escolares e valorização do papel dos pais.

A ida da criança para escola nos primeiros anos de vida, cria mudanças no seu dia-a-dia e no ambiente diário da família. Exigindo desta última, revisão dos planos diários e custos adicionais. Fazer com que a criança ame a escola e goste do ambiente escolar passa a ser uma tarefa a desenvolver, quer na família, quer na escola.

Para construir um futuro brilhante, a família, a escola e a comunidade devem constituir um paralelismo a favor da educação, treinamento e formação daqueles que ainda não definiram conscientemente uma expressão sobre a vida, respetivamente as crianças. Uma sociedade assente nos valores de vida e no desenvolvimento passa pela formação e educação dos seus integrantes, pelo que a família, a escola e a comunidade têm a responsabilidade de fazê-lo.

O desenvolvimento alcançado pela sociedade, induzindo a família à novas responsabilidades e desafios, faz dela, hoje, uma instituição constantemente mutável em termo das funções e responsabilidades, obrigando-a a partilha as suas competências com

outras instituições, como por exemplo a escola. De um lado, a luta pela vida, pelo prestígio e pela sobrevivência, afastou a possibilidade da família assumir isoladamente as suas funções. Por outro, a necessidade de levar as crianças a patamares maiores e almejados pela família, incentiva-a a partilhar as suas responsabilidades.

A família e a escola são espaços privilegiados para a criança, pois ela começa a cultivar os valores de convivência nelas, ao mesmo tempo que elas vão impulsionar o seu desenvolvimento como ser humano enquanto cidadão.

A família e a escola, para além de outras entidades competentes, precisam convergir para identificar e aplicar mecanismos que permitam conter aspetos que fragilizam a vida escolar do aluno, tais como o insucesso e o abandono escolar, a indisciplina, entre outros, como afirmam Varani e Silva (2010), “A educação é um dever da família e da escola. Ambas devem interagir para garantir os direitos da criança nas questões referentes ao ensino, dando-lhes suporte para o pleno desenvolvimento da aprendizagem” (p.187).

a) Objetivo Geral

- Analisar a relação família – escola e o seu impacto no processo de ensino e aprendizagem do aluno.

b) Objetivos Específicos

- Identificar o papel da família e a sua influência no processo de ensino e aprendizagem do educando;
- Avaliar o relacionamento entre a família e a escola no contexto Angolano;
- Identificar alguns instrumentos capazes de incentivar o relacionamento entre ambas as instituições;

c) Importância do tema

O Desenvolvimento alcançado nas sociedades modernas tem influenciado a família a estabelecer relações de confiança e trabalho com as diferentes organizações, nomeadamente, com a escola, para assegurar a formação dos seus filhos. A formação que as famílias esperam da escola, não se enquadra apenas no aspeto profissional, mas também no campo da educação, comportamento e desenvolvimento pessoal. A relação entre a família e a escola visa beneficiar ambas as partes e pode ser ao mesmo tempo pacífica ou violenta, harmoniosa ou conflituante, dependentemente da forma como é concebida e interpretada por cada lado.

A escolha deste tema é justificada pela pertinência e relevância social e educativa que representa para a comunidade educativa e a sociedade em geral. A sua abordagem é necessária e útil por ser uma área pouco explorada na sociedade angolana. Todavia, é de maior relevo, visando acima de tudo fornecer contributos no bom relacionamento entre a família e a escola. Por outro lado, o tema cinge-se ao ensino primário propositadamente, pois quanto mais pequena for a criança maior é a sua dependência à família, podendo sofrer toda influência familiar para assumir e conquistar posteriormente a sua posição na sociedade. Como afirmam Gaspar e Diogo (2010),

A influência que os pais exercem nos filhos é tanto mais profunda e condicionadora quanto mais pequena é a criança. Os primeiros anos de vida marcam a criança de modo específico”. “Os primeiros anos da infância, os contactos entre pais e filhos podem influir nos posteriores benefícios educativos mediante a criação de um desejo de aprender; o cuidado posto pelos pais nos primeiros anos de vida a criança serve de base sólida e dá sentido ao que a criança pode aprender posteriormente (p.204).

Enfatizando a importância do envolvimento de outras entidades no processo educativo, Cunha (1997) conclui:

O sucesso educativo é um fenómeno complexo; torna-se, por isso, necessário conjugar os esforços de todos os intervenientes na ação educativa para que esta não permaneça na utopia. Há, por isso, que estimular o desenvolvimento cognitivo e afetivo dos alunos, convidando todos os agentes educativos a diversificar, a enriquecer e a avaliar as suas práticas...”(p.161).

Concebendo o ambiente familiar como um espaço decisivo para a preparação e iniciação da criança na vida escolar, então, a escola não pode prosseguir com as suas funções educativas descartando este lado natural, nem a família pode ignorar o papel da escola na formação integral do Homem.

Entendemos que a identificação de instrumentos que incentivem o relacionamento entre as partes e a sua respetiva partilha irá contribuir no melhoramento da interação entre ambas e promover e motivar o aluno visado no processo do ensino e aprendizagem.

Nos nossos dias nota-se que em muitas comunidades a preocupação com a investigação sobre o relacionamento família-escola tem atingido interesse redobrado, procurando sistematicamente discutir e analisar os mecanismos que possam propiciar harmonia e interação entre as duas instituições educativas. Cunha (1997) enfatiza este interesse nos seguintes termos:

mas nunca como hoje, esta questão se revestiu de tanto interesse, na medida em que, por um lado, o ritmo vertiginoso dos avanços científicos e tecnológicos levou a que a escola não possa esconder a dificuldade em acompanhar esse ritmo, recorrendo à prática da educação permanente e da educação participada e, por outro lado, a alteração do esquema tradicional da vida familiar provocou uma situação de entrega à escola das responsabilidades educativas que originariamente lhe pertenciam (p.153).

Ao mesmo tempo encaram-se aspetos complexos neste relacionamento o que requer partilha de oportunidades e convivência harmoniosa, uma vez que a relação entre o meio familiar e a escola constitui um problema educacional da responsabilidade a respeito da educação, eficácia do processo de aprendizagem escolar, da igualdade de oportunidades no plano educativo, da liberdade de consciência, da democracia ao nível local e outras questões de ordem político-social. Assim, entendemos que as questões sobre o envolvimento da família na vida escolar, e vice-versa, devem despertar interesse para os que se dedicam à investigação, devido às suas implicações para o desenvolvimento integral do aluno.

d) Identificação do problema/questão de investigação

A Família como núcleo social de maior relevância e de presença permanente na sociedade é detentora da criança ou jovem. A Família não possui instrumentos suficientes para garantir a educação e a aprendizagem total para os seus filhos, devendo assim estabelecer relações de trabalho com a escola enquanto instituição vocacionado para este fim.

A convivência entre ambas deve fundamentar-se no relacionamento assente numa interação permanente, através de instrumentos previamente estabelecidos. Assim, definimos o problema nos seguintes termos:

Como pode o relacionamento família - escola influenciar no processo do ensino e aprendizagem do aluno?

Procuramos com esta questão identificar o impacto da interação entre a família e a escola no processo do ensino e aprendizagem do aluno, uma vez que ambas as instituições têm a responsabilidade de promover uma relação de confiança recíproca com vista à formação e desenvolvimento pessoal do aluno.

e) Desenho da pesquisa e instrumentos de recolha de dados

Os casos do estudo são duas escolas do ensino primário, uma de natureza pública e outra de natureza privada. Tendo em vista proceder a uma análise comparativa das perceções dos professores, dos alunos e encarregados de educação e dos respetivos diretores das escolas, sobre a compreensão da relação família-escola e o impacto dessa interação no processo de ensino e aprendizagem do aluno.

Trata-se de um estudo fundamentalmente descritivo e de base quantitativa, privilegiando-se ainda a análise documental e a metodologia de inquérito social (questionário) de modo a conhecer e compreender as perspetivas dos vários atores escolares em contextos escolares organizativos diferenciados.

f) Estrutura do trabalho

Para além dos elementos pré e pós textuais, o presente trabalho encontra-se estruturado em duas partes. Antecedida de uma introdução geral, na primeira parte apresenta-se a problemática em estudo, procede-se ao enquadramento teórico-conceptual do tema e desenha-se o quadro de análise que servirá de referencial à discussão e interpretação dos resultados. Partindo da Constituição da República de Angola e da Lei de Bases do Sistema de Educação que enfatizam a colaboração da família e da sociedade na promoção do desenvolvimento harmonioso e integral dos jovens e adolescentes, bem como a criação das condições para efetivação dos seus direitos educativos e cívico-sociais. Desenvolve-se um quadro teórico-conceptual em torno do papel da família e da sua centralidade no processo histórico-cultural angolano de ensino-aprendizagem das crianças e da sua relação com a escola e projeta-se a escola como sistema aberto, à qual estão cometidas determinadas funções na base de uma trilogia escola-família-comunidade de convivência firme.

Na segunda parte, à qual se segue a conclusão geral e as recomendações, apresentam-se as linhas metodológicas do estudo empírico e a análise e discussão dos resultados, tendo por base o referencial de análise construído em torno da problemática

do envolvimento dos pais na escola e da relação família-escola e dos consequentes efeitos decorrentes daquelas relações na vida escolar dos alunos.

PARTE I - REFERENCIAL TEÓRICO

Capítulo I - Enquadramento Teórico

O número 7 do artigo 35º da Constituição da República de Angola enfatiza a colaboração da família e da sociedade na promoção do desenvolvimento harmonioso e integral dos jovens e adolescentes, bem como a criação das condições para efetivação dos seus direitos educativos e outros. Como podemos verificar a Constituição da República de Angola afirma que:

O Estado, com a colaboração da família e da sociedade, promove o desenvolvimento harmonioso e integral dos jovens e adolescentes, bem como a criação de condições para a efetivação dos seus direitos políticos, económicos, sociais e culturais e estimula as organizações juvenis para a prossecução de fins económicos, culturais, artísticos, recreativos, desportivos, ambientais, científicos, educacionais, patrióticos e de intercâmbio juvenil internacional” (nº 7, artigo 35 Constituição).

O número 1 do artigo 1º, da Lei de Bases do Sistema de Educação da República de Angola define a educação como um processo que visa preparar o indivíduo para as exigências da vida política, económica e social do país e que se desenvolve na convivência humana, no círculo familiar, nas relações de trabalho, nas instituições de ensino e investigação científico-técnica, nos órgãos de comunicação, nas organizações comunitárias, nas organizações filantrópicas e religiosas e através de manifestações culturais e gimnodesportivas.

A Escola por natureza é uma instituição que complementa a família, pois ao lado dela, atende as necessidades do aluno. A Escola deve estabelecer parceria com a família, pois dela recebe o seu alvo e nela começa o processo do ensino e aprendizagem. Cunha (1997), Sampaio e Veiga (2010) abordam a família como uma instituição privilegiada da educação, pois é nela que se começa a existência do homem e é nela que reside o meio natural e mais adequado para o indivíduo se promover como pessoa. É na família que cada um é aceite por aquilo que é e não aquilo que faz e onde os atos educativos se processam sem regulamentos técnicos. A aprendizagem, o desenvolvimento e o sucesso dos alunos são as principais razões para estabelecimento de parceria entre escola e família.

A escola, o aluno e a comunidade devem constituir sistemas abertos, com permanentes trocas entre si e onde seu sucesso depende inevitavelmente da relação dinâmica que estabelecem. Estudos provam que o envolvimento da família na vida escolar contribui para melhorar significativamente as performances sociais e acadêmicas do aluno e tem reflexos no aluno, pais e encarregados da educação e na escola.

Educar é optar a todo o momento, é decidir o que fazer, como atuar, o que dizer, como falar. E essas decisões vão beneficiar ou prejudicar os alunos, não só no imediato, como no futuro. Os pais e as mães são líderes e um bom líder deve ter visão, orientação e objetivos (Araújo, Neto & Perloiro, 1998).

O projeto educativo dos estabelecimentos de ensino deve constituir o instrumento por excelência de realização de uma conceção da escola enquanto sistema aberto em interação com o meio, recurso ao serviço da comunidade que sua vez, é um recurso ao serviço da escola. (Estrela & Vilas-Boas, 1997, p. 104)

Araújo, Neto e Perloiro (1998), reconhecem que o êxito escolar está profundamente relacionado com a participação positiva dos pais na educação dos filhos. Mesmo que a maior parte dos estudos mostrarem que pais e mães querem envolver-se na vida escolar dos filhos, muitos não sabem como fazê-lo, têm pouco tempo disponível, ou estão face a uma escola que não estimula esse envolvimento.

A introdução de modelos e maneiras de propiciar a interação entre a família e a escola, reconhecendo a contribuição e os limites da família na educação formal é fundamental para diversificar os sistemas de ensino e envolver, nas parcerias educativas, as famílias e os diversos atores sociais. As relações entre a família e a escola apresentam padrões e formas de interação bem peculiares que precisam ser identificadas, apreendidas e analisadas com o intuito de propiciar uma melhor compreensão, não só dos aspetos gerais da integração entre ambos como também daqueles mais peculiares a cada ambiente (Zago, 1994, p.305-307).

Os pais devem participar ativamente na educação dos seus filhos, quer em casa como na escola e devem envolver-se na tomada de decisões e nas atividades extraescolares ou voluntárias, por outro lado, cada escola, em conjunto com os pais deve encontrar formas peculiares de relacionamento que sejam compatíveis com a realidade dos pais, professores, alunos e direção, a fim de tornar este espaço físico e psicológico um fator de crescimento e de real envolvimento entre todos os segmentos.

À luz do número 6 do artigo 35º, da Constituição, a proteção dos direitos da criança, nomeadamente, a sua educação integral e harmoniosa, a proteção da saúde,

condições de vida e ensino constituem absoluta prioridade da família, do Estado e da Sociedade. De acordo com os artigos 17º e 18º da lei de bases do sistema de educação da República de Angola, o ensino primário, unificado por seis anos, constitui a base do ensino geral, tanto para a educação regular como para a educação de adultos e é o ponto de partida para os estudos a nível secundário. São objetivos específicos do ensino primário:

- a) Desenvolver e aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão;
- b) Aperfeiçoar hábitos e atitudes tendentes à socialização;
- c) Proporcionar conhecimentos e capacidades de desenvolvimento das faculdades mentais;
- d) Estimular o espírito estético com vista ao desenvolvimento da criação artística;
- e) Garantir a prática sistemática da educação física e de atividades gimno-desportivas para o aperfeiçoamento das habilidades psicomotores.

Citado por Varani e Silva (2010), Malavazi aponta que compete à família o auxílio na organização escolar e a transmissão do equilíbrio emocional e afectivo para a formação humana das crianças. As mesmas autoras, referindo-se a Libâneo, Oliveira e Toschi, tratam o ensino e aprendizagem dos discentes como o objetivo primordial da escola e apontam-na como um todo, que deve responsabilizar-se pela aprendizagem dos alunos. Segundo elas, cabe também à instituição do ensino, o reconhecimento da importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar, o auxílio às famílias no exercício do seu papel na educação, no desenvolvimento e no sucesso profissional dos seus filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade.

1. Família e Escola: pilares do processo de Ensino e Aprendizagem

À luz do número 1 da Constituição Angolana, a família é concebida como o núcleo da organização da sociedade e é o objeto de especial proteção do Estado, quer se funde em casamento, quer em união de facto, entre homem e mulher. Kiura e Kiura (2005, p.7) afirmam que a família é sagrada e é o lugar em que a vida humana pode ser convenientemente recebida, protegida e sustentada.

A família é a base para qualquer ser, podendo ser ela por laços sanguíneos ou através de laços de afeto. A família é um conjunto de pessoas que se unem pelo desejo de estarem juntas, de construir algo e de se complementarem. Para Mello (2002, p. 326), quando se fala de família ocorre logo a ideia de uma unidade social composta de

peessoas unidas por laços de afinidade e de sangue. A família é assim percebida como a menor unidade social ligada por laços de consanguinidade, de afinidade e de adoção. A família é considerada o fundamento básico e universal das sociedades, por se encontrar em todos os agrupamentos humanos, embora variem as estruturas e o funcionamento (Lakatos & Marconi, 1999, p. 171).

Segundo Kiura e Kiura (2005, p. 14) a família, entendida como célula da sociedade, assume as seguintes funções:

- a) *Reprodução* – a construção de uma família está inseparavelmente ligada ao nascimento de novos seres humanos. A reprodução garante a continuidade da humanidade. Uma família que não reproduz, assume o rumo para o seu desaparecimento;
- b) *Afetos* – os membros da família estão ligados por amor e afeto. Os elos afetivos nas relações familiares habilitam os membros da família a partilharem as suas alegrias, frustrações, dificuldades, etc. Enquanto partilham como membros da mesma família, dão mutuamente apoio moral e segurança emocional;
- c) *Socialização* – a família dispensa aos filhos o ambiente para aprenderem o papel que a sociedade espera que eles desempenhem e a desenvolverem um comportamento desejável e aceitável. É a partir da família que a criança começa a entrar em contacto com a sociedade;
- d) *Cooperação económica* – o desenvolvimento económico depende de pessoas, pois sem elas ele não existe. A família proporciona o homem como recurso vital através da reprodução. Por outro, os membros da família trabalham em conjunto para providenciarem as suas necessidades básicas gerarem proveitos em comum. Na comunidade, as famílias cooperam para explorar os recursos naturais em proveito económico dessa própria comunidade. Murdock citado por Lakatos e Marconi (1999, p.171) define a família como um agrupamento social caracterizado pela residência comum, com cooperação económica e reprodução;
- e) *Educação religiosa* – é na família, que, através da palavra, e dos exemplos, os pais passam aos filhos a sua fé, as suas convicções e valores. A família é o lugar onde as crianças recebem os primeiros conhecimentos sobre Deus e as virtudes. As primeiras comunidades cristãs eram como famílias onde os crentes se encontravam partilhavam o que tinham.

A família e a escola devem assim atuar em paralelo quando se trata da educação das crianças, sendo elas as principais instituições sociais com a doutrina educativa específica.

1.1. Família, o berço da aprendizagem

Dentre as múltiplas e importantes funções desempenhadas pela família encontra-se, como fundamental a criação e educação dos filhos (Marujo, s/d, p. 73). Desde sempre se acentuou na família uma dupla dimensão: a natural, centrada na criação e na organização dos vínculos parentescos, e a cultural, formada pelas estruturas e pelas funções da instituição familiar, dimensões e elementos mais culturais e, como tal, submetidos às variações históricas da humanidade e a sua evolução social (Cunha, 1997, p.140).

A família regulamenta os direitos, deveres da educação e responsabilidade com os novos membros da sociedade, logo, com facilidade se percebe a importância que esta unidade social tem quando se considera que a primeira socialização é marcante na formação da personalidade do indivíduo (Mello, 2002, p. 330). Segundo este autor, não se pode esquecer que as instituições familiares são universalmente reconhecidas, embora cada sociedade assuma formas diferentes. Mello (2002) aborda que o termo família é um tanto vago e pode significar: grupo composto de pais e filhos; uma linhagem patrilinear ou matrilinear; um grupo cognático, isto é, de pessoas que descendem de um mesmo antepassado; um grupo de parentes e seus descendentes, que vivem juntos.

Mello (2002, p. 327) classifica as famílias em monogâmicas, poligâmicas e poliândricas. A primeira trata-se de uma família constituída por um homem e uma mulher; a segunda é aquela em que o homem pode desposar mais de uma mulher, sendo o número crescente de esposas, muitas vezes, sinal de prestígio e poder; e a terceira, é a família com padrão de união conjugal em que uma mulher pode desposar vários homens.

Dentre as múltiplas e importantes funções desempenhadas pela família encontra-se, como fundamental, a criação e educação dos filhos. Os pais formam diariamente a criança e preparam-na para a vida. A família constitui o ambiente em que cada indivíduo adquire o seu primeiro despertar como pessoa, sendo a principal garantia que o ser humano tem de vencer a solidão e abrir à comunidade e à solidariedade bem como a forma mais comum de articulação do indivíduo com a sociedade. É na família onde se

desenvolve o processo fundamental de transmissão de costumes, tradições e de valores entre gerações (Cunha, 1997; Maruja, s/d).

É na família de onde partem as regras de saber viver e estar, onde são semeados os valores sociais necessários para uma vivência em sociedade. Nos nossos dias, face à realidade da evolução das sociedades muitas atividades que eram responsabilidade da família foram delegadas à escola, esperando que ela responda por elas. Questões relacionadas aos cuidados de higiene, a iniciação às fases de amadurecimento, a educação sexual, o lazer, entre outras, deixaram de ser assumidas por determinadas famílias com relação ao seu filho, incumbindo-as à escola.

Numa perspetiva sistémica, a família é um sistema, formado por um conjunto de elementos interagindo. Nesta perspetiva, o sistema familiar é formado por pessoas unidas por relações, onde cada individuo é uma pessoa completa e ao mesmo tempo parte integrante da família. Costa, (2003), recorre à visão de Gameiro, segundo a qual, graças à teoria sistémica pode-se compreender que o que constitui a realidade da família é uma rede complexa de relações e emoções entre os seus membros, cujos laços mantêm a unidade do sistema (amor, relações conjugais, parentais, interesses materiais, simbólicos e espirituais comuns...), expressos nas interações transacionadas ao longo da sua história desenvolvimental, não sendo possível compreender esta estrutura complexo, através de instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados.

Num contexto natural de crescimento, a família desenvolve ao longo dos tempos padrões de interação que regulam o comportamento dos seus membros. Nessa interação cada membro da família integra-se em diferentes subsistemas, que constituem, simultaneamente, todo e parte do sistema. A família constitui assim um sistema de relações organizado em função de determinados objetivos comuns que os seus membros, de forma separada ou isolada, não podem atingir. Como a família tem necessidade constante de reorganização e diferenciação, a continuidade desta identidade é permitida pela reestruturação ou criação de novos repertórios de interações que permitem adaptação e, conseqüentemente, o desenvolvimento da família como um todo (Costa, 2003, p. 106).

O facto de a família estar inserida numa comunidade de ambiente geral, ela interage constantemente com os sistemas exteriores, onde os seus membros podem assumir vários papéis e funções que interferem reciprocamente no desenvolvimento pessoal e no seu posicionamento. A realidade que impõe a família num ambiente geral a torna uma organização com sistema aberto, sujeita a adaptação das transformações ocorridas neste ambiente. As forças que atuam na comunidade levam a família à

mudanças, transformações e remodelação contínua, procurando, deste modo, preservar à sua identidade sistémica.

Baseando-se nos estudos de Paul Lawrence e Jay Lorsch, citados por Chiavenato (2000), a família ganha este índole de sistema aberto pelo facto dela apresentar características fortemente tendentes a interação com o ambiente externo, adaptando-se às constantes mudanças ocorrentes do mesmo, enfrentando às suas ameaças e aproveitando às oportunidades nele patentes. A sua capacidade de crescimento, mudanças, adaptação ao ambiente e até a autorreprodução sob certas condições ambientais revelam à sua interação.

As interações que a família estabelece com o sistema exterior e entre os vários subsistemas do sistema familiar terão de ser autorreguladas de forma funcional para manter a sua identidade e ocorrência sistémicas. Esta regulação nem deve ser demasiado rígida nem demasiado flexível, mas deverá existir uma definição clara de limites ou fronteiras entre os outros sistemas e os seus subsistemas para permitir a diferenciação e o desenvolvimento de cada um dos elementos do sistema relativamente ao exterior e ao seu interior, mantendo a sua identidade e autonomia (Costa, 2003).

Ao longo do seu percurso e desenvolvimento, a família confronta-se com um conjunto de acontecimentos e transições que funcionam como um desafio à capacidade de reorganização do sistema e à sua capacidade de integrar as informações providas dos sistemas exteriores com quem o sistema familiar terá que inevitavelmente relacionar-se. Estes momentos de turbulência e conflitualidade sistémica podem levar a família a um novo equilíbrio mais complexo ou à ruptura, dependendo dos recursos disponíveis no seio do sistema familiar e à sua capacidade de autorregulação.

Um dos momentos marcantes na família é quando os filhos vão à escola, onde ela deve interagir incontornavelmente com um sistema formal muito organizado em termos da hierarquia e de normas e com um forte poder social. A ida para escola dos filhos, provoca novas reações no seio da família, pois começam a nascer nas práticas habituais na família, elementos estranhos provenientes dum ambiente diferente.

Esse momento é descrito por Costa (2003) nos seguintes termos:

é nesta fase que entra na família muita informação do exterior, trazida sobretudo pelos filhos, proveniente das experiencias vividas na escola, do confronto com outras formas de organização familiar originaria do grupo de pares... desafiando o sistema familiar a novos desenvolvimentos. Esse momento é quase sempre

percecionado pela família, nomeadamente pelo subsistema parental, como um teste decisivo à sua competência de educadores, estando esta avaliação muito dependente do êxito ou insucesso escolar dos filhos e da sua integração social com o grupo de pares e com os processos (p.108).

A família é a instituição primária na socialização da criança, independentemente da natureza cultural, ela inicia ou inclui a criança no mundo cultural, por meio de língua materna, símbolos e regras de convivência em comunidade ou em sociedade. Um dos seus papéis principais é a socialização da criança, isto é, a sua inclusão no mundo cultural mediante o ensino da língua materna, dos símbolos e regras de convivência em grupo, englobando a educação geral e parte formal, em colaboração com a escola. Neste contexto, os recursos psicológicos, sociais, económicos e culturais dos pais são aspetos essenciais para a promoção do desenvolvimento humano.

Como refere Lemay (2006):

À medida que a criança percebe os pais como pessoas com quem pode comunicar, ela chama-os, espera deles todo um conjunto de afetos que ora a satisfazem, ora a dececionam. A mãe e o pai tornam-se assim personagens que tecem ao mesmo tempo um espaço de vida e um espaço de devaneios, sobre os quais são projetadas múltiplas emoções (p.78).

Nessa vertente, segundo o mesmo autor o que a criança capta dos pais não tem a ver apenas com a sua realidade quotidiana. A criança desenvolve diante de uma mãe e de um pai reais mas retira deles igualmente imagem fantasmáticas que vão além e aquém das suas formas de ser e agir.

Lemay (2006) revela ainda que a criança também não aprende apenas imitando a família, mas ela é capaz de captar no exterior e determinar o que fica permanente na sua mente. Ele demonstra isto nos seguintes aspetos:

A criança não progride apenas imitando ou aceitando o quadro que lhe é apresentado. Tem também necessidade de tatear, de enfrentar os outros, de modificar as estruturas e até transgredir certas regras, a fim de construir uma forma original. Este domínio, conseguido a muito custo, desencadeia no

interessado não apenas transformações, mas também perturbações e depois reajustamento que se estendem a todo o grupo familiar (p. 120).

A família como centro primário do ensino e aprendizagem, ensina as formas de vida material e, simultaneamente, os códigos da comunicação, começando pela linguagem, pelas expressões, atitudes corporais e valores do meio ao qual pertence, bem como do estrato social que a rodeia. A família é, embora com estruturas diferentes, o instrumento privilegiado da transmissão de costumes, modos de vida e hierarquia de valores, até ao momento em que aparece a civilização industrial com as suas consequências, quer dizer, a penetração no grupo familiar de modelos vindos de outros meios, de outros grupos, de outras civilizações que não a sua.

O processo da socialização da criança começa na família, a partir da relação mãe-filho. Quanto mais pequena for a criança maior é a sua dependência à família.. Como se referem Gaspar e Diogo (2010):

A influência que os pais exercem nos filhos é tanto mais profunda e condicionadora quanto mais pequena é a criança. Os primeiros anos de vida marcam a criança de modo específico. Os primeiros anos da infância, os contactos entre pais e filhos podem influir nos posteriores benefícios educativos mediante a criação de um desejo de aprender; o cuidado posto pelos pais nos primeiros anos de vida a criança serve de base sólida e dá sentido ao que a criança pode aprender posteriormente (p.204).

Os comportamentos dos pais são modelos gestuais, afetivos, cognitivos e sociais que a criança capta modelando assim a sua maneira de ser e de agir. As suas imitações imediatas, serão depois diferidas, isto é, retomadas noutros contextos e desfasadas no tempo.

A família pode condicionar a educação da criança, uma vez que o seu posicionamento, classe social, nível da escolaridade e económico dos pais podem constituir fatores influentes na preparação e educação da criança nos primeiros anos e até à idade adulta. A este respeito Gaspar e Diogo (2010, p. 203) realçam que cada individuo e cada grupo humano (concreto) alcançam um desenvolvimento educativo determinado, de acordo com a sua posição e classe social. Isto explica-se com base ao ambiente vivido na família. Quando os pais se encontram académica e economicamente bem posicionados podem proporcionar todo o apoio ao filho de modo a torna-lo

cumpridor das exigências da escola. Têm também a possibilidade de escolher a melhor escola para o seu filho.

Hoje se observamos cautelosamente a realidade da educação em Angola, a taxa de abandono escolar, sobretudo no ensino primário, é cada vez mais elevada nas famílias cujo poder económico e/ou académico é baixo. Motivos como a falta de alimentação, falta de meios para deslocação para escola, falta de vestuário, apoio à atividade dos pais e outros têm sido constantemente apontados como os principais.

As transformações que a família vem sofrendo ao longo dos tempos influenciam as funções. A educação familiar deve visar um forte sistema de valores que colocam em evidência as verdadeiras prioridades e auxiliar as crianças a adquirir, durante o seu processo de crescimento, as competências necessárias, para desenvolver e manter as relações satisfatórias e estáveis.

O ambiente que se vive a nível da família permite aos seus membros a partilha de valores e interesses. À medida que se desenvolve a vida na família, os traços que caracterizam os seus integrantes vão se firmando, quer em termos de responsabilidades, quer em termos de valores humanos. Portanto, o papel de cada membro procurará contribuir para o funcionamento pleno da família como uma unidade.

Quanto à esta convivência valiosa na família e necessidade de todos os seus integrantes contribuírem a sua dinamização e bem-estar.

Para salvaguardar a estabilidade da família, os diferentes membros precisam saber quais os papéis que lhes estão atribuídos e como os devem desempenhar efetivamente. Entende-se que quanto mais o clima familiar for tenso, mais difícil será para a criança saber aquilo que depende dela e aquilo que resulta de conflitos conjugais não elucidados, de preocupações financeiras ou profissionais caladas, ou então de variações do humor que dependem das apreensões dos pais.

A família constitui o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência do desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e os demais membros, independentemente da sua estrutura. A família desempenha assim um papel decisivo na educação formal e informal, é no seu espaço que são absorvidos o valor ético e humanitário e onde se aprofundam os laços de solidariedade.

1.2. A Família no contexto dos povos Bantu

Altuna (2006) refere que:

Os verdadeiros protagonistas da existência individual e social Bantu são os grupos, as comunidades: família, clã, tribo. O Bantu não pode viver sem família, nem clã, os dois grupos primários, fundamentais e vitais que dão sentido e consistência à sua vida” (p.113).

Na comunidade Bantu e quase em toda Africa (Kiura & Kiura, 2005, p.8) predomina dois tipos de famílias: a família nuclear e a família alargada. A família nuclear é a mais simples, constituída apenas por marido, esposa e filhos. Ao passo que a família alargada é a soma da família nuclear e outros parentes. Nesta última podem estar presentes pais, filhos, netos, avós, primos, sobrinhos e outros. No que diz respeito ao casamento havia duas formas: a monogamia e a poligamia. Os modos que uniam pessoas em laços afetivos, ou união física baseavam-se nestas duas formas. A primeira unia um homem a uma mulher e a segunda unia um homem a mais de uma mulher. Esta última ganhava muito espaço e simbolizava poder e prestígio. Face à interação com outras comunidades humanas, a emancipação da mulher e algumas situações que colocam em perigo a vida e a saúde humana, em vários países a prática de poligamia tem vindo a diminuir muito.

Essa interação não reduziu apenas a prática poligâmica, mas criou e ensinou novas formas de convivência íntima, como abordam Kiura e Kiura (2005):

Em vários países africanos a prática tradicional de poligamia vem sendo mais reduzida à medida que as pessoas têm melhor educação escolar e que as condições económicas inibem essa prática. Todavia, existe hoje uma prática moderna de poligamia baseada nas relações extraconjugais, isto é, a «manutenção de amantes», sem quaisquer formalidades de pagamento de dote, que está a aumentar. Esta prática é mais predominante nas áreas urbanas em que o homem pode (com o poder do dinheiro) manter ligações secretamente sem que as suas esposas tenham qualquer conhecimento” (p.9).

Este novo modelo de convivência íntima faz hoje dos governantes, ricos e poderosos africanos assumirem o carácter monogâmico do casamento, mas tendo filhos fora do lar oficialmente conhecido. Embora a primeira célula social Bantu seja a família elementar, conjugal, nuclear ou reduzida que compreende pai, mãe e filhos, ela não a verdadeira família Bantu, a verdadeira família Bantu é a família alargada.

Nas comunidades Bantu, as famílias nucleares, unidades e integradas entre si, são o fundamento da solidariedade que dá origem às instituições sociopolíticas as quais constituem o alargamento do núcleo primário. Apesar desta família (nuclear), viver emersa e dependente do sistema parentesco, da família alargada e do clã, ela é o elemento básico das estruturas sociais e, pelas alianças matrimoniais dá origem às alianças políticas. A família nuclear é o pilar da sociedade Bantu, embora não se possa conceber separada dos círculos mais amplos e fecundos: a família alargada, o clã e a tribo” (Altuna, 2006, p. 114).

A família alargada consolida o valor mais estimado e desejável, pois que engendra a solidariedade e fundamenta esse humanismo tão sadio. Aqui, o Bantu entende que o homem só pode realizar-se pela comunidade e na comunidade. A família extensa ou alargada é um grupo-comunidade composto pelos membros das famílias nucleares representados por consanguinidade real, patrilinear ou matrilinear, que engendra a solidariedade vertical e horizontal. A participação na vida, núcleo e seiva da sua cultura, impõe-lhe uma vida comunitária e acomodar-se no grupo, participando da mesma corrente comunicada pelo sangue.

Somente no matrimónio, na família elementar, o homem e a mulher realizam a mais profunda aspiração da sua existência: prolongar-se, reviver, assegurar a sobrevivência. Da mesma forma satisfazem as esperanças das suas comunidades: crescer, enriquecer e assegurar o património social, político, económico e religioso. Segundo este autor Altuna (2006):

O jovem Bantu enquanto está ainda dependente da família elementar, começa a integrar na sua existência a parentela numerosa na qual está imerso. Vê-se atraído pelas exigências da sua linhagem e deve conviver com os seus membros. Esta unidade comunitária, superior e mais categorizada, apresenta-se como o seio genuíno onde se forma a sua personalidade (p. 116).

O modelo da família patente nos Bantu procurou solucionar a necessidade social, espiritual e psicológica de sentir-se pessoa integrada numa comunidade própria, protetora, acolhedora e realizadora da sua dimensão humana. O chefe da família é responsável pela resolução de conflitos e pelo bem-estar familiar. A sua autoridade estende-se ao campo social, político, judicial e religioso. À medida que a família cresce e se expande, passa a acontecer a substituição em determinadas funções.

1.2.1 Educação nas Famílias Bantu

Educar os filhos ou outras pessoas dependentes constituiu sempre uma função primária da família em qualquer sociedade e em todas as etapas da evolução. Cunha, (1997) refere que:

O processo educativo é interativo, constituindo uma tarefa permanente e progressiva, orientada para a conquista da liberdade de pessoa que, através da transmissão de um sistema de referências aberto, lhe permite atribuir sentido à realidade e à experiência e lhe dê a possibilidade de viver, de sentir, de pensar, de comunicar e de optar de uma forma responsável; a educação atua, na verdade, como um agente destinado à realização de um crescimento geral do saber, à implementação de processos de melhoria do saber/fazer, à condução da maturação de saber/fazer/estar, bem como à obtenção, por parte dos indivíduos, de um equipamento que lhe permita assumir-se como responsável pela existência e pelo seu próprio desenvolvimento (p. 151).

A Unesco (2003) sobre a educação refere que “Ajudar a transformar a interdependência real em solidariedade desejada, corresponde a uma das tarefas essenciais da educação. Deve para isso, preparar cada individuo para se compreender a si mesmo e ao outro, através de um melhor conhecimento do mundo”.

A educação dos filhos nestas comunidades continua a ser influenciado por alguns princípios da sua acultura. De facto, nas grandes zonas urbanas, fruto da evolução das propriedades e da penetração de outras culturas, a forma de educar os filhos mudou muito. Assim, entende-se que as sociedades são dinâmicas, as regras de ensino também o são. A este respeito alerta Altuna (2006):

A África negra e os Bantu conservam uma personalidade milenária, mas precisam de conhecer, defender, purificar, expurgar e desenvolver a herança recebida e abri-la às inovações. As culturas devem tornar-se cada vez mais humanas, múltiplas através dos tempos, criativas, dinâmicas e devem acompanhar as vicissitudes dos grupos sociais que não podem permanecer imóveis (p.17)

Hoje vivem-se tempos mais modernos, onde os povos do mundo se cruzam sem fronteiras de culturas. A globalização permite que diferentes povos do mundo partilhem o mesmo campo de estudo, apliquem e discutam meios e métodos de ensino.

Por isso podemos introduzir também no campo da educação na família o princípio de *benchmarking*, segundo o qual copiar os melhores para se tornar melhor (Nogueira 2006, p.216). Este princípio segundo o autor propõe que sejam investigadas e analisadas as práticas consideradas melhores. Para sua realização identifica-se o que deve ser investigado e como investigá-lo mediante um plano de ação. O *benchmarking* defende o preceito de que “ninguém é melhor em tudo”, daí a necessidade de prudência na aquisição de novos costumes, valores, meios e métodos para educar os filhos. A escola constitui uma instituição indispensável, uma vez que ela, para além de dar continuidade aos valores iniciados na família, prepara, treina e forma os alunos nos aspetos que a própria família não se sente capacitada. A escola e a família tornam-se parceiras definitivas a partir do momento em que os pais decidem mandar os seus filhos à escola e eles são aceites pelos responsáveis escolares. Daqui começa uma cooperação que terá seus aspetos próprios.

1.3. A Família face às mudanças sociais

A evolução alcançada pelas sociedades atuais tem afetado as famílias, alterando, muitas vezes, alguns aspetos que lhe servem como função. Algumas funções, ao longo dos tempos, vão cedendo lugar a outras, para atender às exigências do meio ambiente. Estas transformações que afetam a família, revelam as suas consequências nos próprios indivíduos constituintes da mesma.

Cunha (1997), refere que “Em paralelo com as múltiplas alterações sociais, económicas e culturais a que vimos assistindo, está, hoje, a operar-se uma profunda alteração dos valores, das práticas e dos conhecimentos no seio da família, com enormes reflexos na prática educativa” (p. 139). Segundo o mesmo autor, a transformação das estruturas e dos valores que acompanham tradicionalmente a família produziu uma transformação tão profunda no panorama familiar que se chega a questionar tanto a conceção e o conteúdo da instituição familiar, como o lugar e o papel social que ela ocupa na estruturação das nossas sociedades.

A família tende chamar para si novas funções, novos valores e práticas, com vista a substituir aquelas que, por pressão das mutações sociais, tornaram-se frenéticas face aos desafios atuais. A este propósito Mello (2002) afirma que:

O próprio lar passa a ter uma outra significação: já não é o local de trabalho e, em alguns casos, transformou-se em simples dormitório. No meio urbano a tendência é a família ir diminuindo de tamanho e transformar-se em família elementar e nuclear” (p. 331).

Segundo a reflexão do autor, não ficamos com a ideia de que a família tenha perdido a sua significação social, mas que as condições de vida urbana fizeram passar por um período de grandes transformações, que a trouxeram um momento de grandes perturbações e reajustamentos seguidos de crises e tensões. A emancipação da mulher fez com que o seu papel tradicional, de criar e educar os filhos e gerir a casa, , em favorecimento do seu enquadramento social, isto é, a sua integração na escola e no trabalho.

Nas zonas urbanas, onde subir de posição socialmente mais favorável é cada vez mais presente, a casa ou o lar passou a servir como espaço, simplesmente para dormir. No caso de Angola, com particularidades na cidade de Luanda, a situação é muito mais preocupante, pois não se trata apenas de mulheres trabalhadoras num sistema formal, mas envolve até as mulheres vendedoras de pequenos negócios, as chamadas “Zungueiras”, mulheres que rodeiam a cidade a pé vendendo à sua mercadoria para poder sustentar à sua família. No presente é notável o número de crianças nos anos iniciais que vão à escola sem acompanhamento dos pais e das mães.

Hoje é característico na nossa sociedade os lares onde os pais apresentam o nível de formação mais elevado, há maiores dificuldades de acompanhar a vida dos filhos, não apenas no caso da escola, mas no seu dia-a-dia.

1.4. Escola e suas funções

Na opinião de Revez (2004):

Uma das tarefas fundamentais de todas as sociedades humanas organizadas ao longo da história é a transmissão, de geração em geração, de um modo coletivo de viver e perceber o mundo, é a reprodução de todo um conjunto de normas sociais, mediante as quais os homens dão força à sua existência (p. 189).

A escola é uma organização social que envolve estrutura, pessoas, tarefas, tecnologia e ambiente, assegurando objetivos próprios, estratégias e políticas para alcançar tais objetivos. Uma organização, segundo Steve, (citado por Cury 2005, p.116)

é o conjunto de pessoas que, sistemática e conscientemente, combinam os seus esforços individuais para a concretização de uma tarefa comum.

Alvarez (citado por Gaspar & Diogo 2010), afirma que:

compete a escola preparar intelectualmente as novas gerações para que acedam, com mínimo de ferramentas de conhecimento e análise, ao mundo da cultura moderna e potenciar e interiorizar uma série de atitudes e valores que permitam à criança comportar-se socialmente com maturidade, autocontrolo e autonomia afetiva (p.10).

A Escola, na sua essência assume as seguintes finalidades

- *Finalidade instrutiva* – fundamenta-se na transmissão de conhecimentos e técnicas;
- *Finalidade socializadora* – é o reflexo da aquisição dos valores, atitudes, hábitos e padrões de comportamento socialmente recomendados;
- *Finalidade personalizadora* – trata-se da ação de estimular o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos e promover a sua autorrealização;
- *Finalidade produtiva* – aquisição do saber, do saber-fazer e das atitudes necessárias ao ingresso no mercado;
- *Finalidade igualizadora* – visa contribuir para uma real igualdade de oportunidades sociais entre os indivíduos

A escola como uma instituição de carácter social interage permanentemente com os indivíduos e com a sociedade, que dela recebem enormes benefícios. Com base nesta visão interativa, Cabana (citado por Paulo & Diogo 2010), afirma que:

as funções individuais da mesma (escola) são entre outras, promover o desenvolvimento integral do da personalidade, levando o sujeito à uma plenitude humana; adapta-lo à vida (socializando-o, dando-lhe uma capacitação profissional), para lhe tornar possível o êxito na vida; enriquecê-lo com conhecimentos, habilidades e bons costumes; eleva-lo de uma condição puramente natural à esfera da cultura (p.10).

Gaspar e Diogo (2010, p.10) sustentam que a administração educativa cumpre duas grandes funções: *uma normativa ou regulamentadora*, consistente na seleção e formulação dos objectivos, forma e processos de os atingir, envolvendo a estimativa dos recursos necessários, opções alternativas, para além de elaboração de relatórios, recolha de informação e elaboração das propostas e sugestões de melhoria; a outra, é de *gestão e da administração de recursos*, que consiste no recrutamento, seleção, organização e coordenação das pessoas e os meios para execução dos plano, envolvendo a implementação de sistemas de comunicação e de interação.

Nas sociedades modernas a escola tem vindo a assumir um papel preponderante, no desenvolvimento da sociedade. O papel da escola merece atenção de todos, desde os pais, professores, agentes administrativos das escolas e da própria sociedade, uma vez que o desenvolvimento e o bem-estar social dependem muito do nível e processo educacional proporcionados para os integrantes da sociedade.

Na opinião de Veiga (1997)

A escola deve, por isso, satisfazer, não só as necessidades de formação técnica da sociedade, mas também e sobretudo a necessidade de formação cultural e humana do aluno, de visão global da vida e do mundo, de modo a poder integrar-se dinamicamente na sociedade com uma atitude crítica e ética válida (p.174).

1.4.1. Os Profissionais da Escola

A escola como organização constitui um conjunto de pessoas que trabalham juntas para atingir objetivos comuns. A profissionalização do professor é indispensável para torná-lo habilitado ao exercício das suas funções. O seu desempenho está intimamente relacionado, para além do talento e vocação, às habilidades profissionais.

As habilidades técnicas e humanas são extremamente indispensáveis para o exercício da profissão de professor, tendo em conta a necessidade de dominar as ferramentas, os procedimentos, que se exige da sua profissão e a necessidade de saber interagir e comunicar-se perfeitamente, quer com os alunos, gestores escolares, bem como com os pais dos alunos.

Para o desempenho das suas funções como profissional, o professor deve desenvolver competências profissionais que lhe permitam atuar sobre comportamento dos seus alunos e influenciá-los para um modelo socialmente desejado.

1.4.1.1. Agentes administrativos da escola

Apesar da escola envolver profissionais de diversas áreas, a qualidade do serviço que presta à comunidade passa pela qualidade dos seus gestores. O estilo de liderança a implementar para uma boa administração escolar deve promover a integração e o equilíbrio inter-relacional dos indivíduos, bem como, motivar, incentivar, gratificar e partilhar com os membros da instituição. Cabe assim aos órgãos de gestão escolar, sobretudo os administrativos de topo da hierarquia escolar, supervisionar o funcionamento da escola, fazendo o uso de processos e estruturas presentes, de modo a ajudar a organização a alcançar as suas metas.

Tumbula (2012) aborda a liderança escolar nos seguintes termos:

Qualquer que seja o ângulo de abordagem da liderança escolar, ele terá sempre na base uma conceção de escola, de ensino, de administração e uma visão sobre a complexidade de relações dos principais atores no terreno, que podem ser determinados, de algum modo, pela cultura, políticas, contextos sociais e pela história de cada país e de cada região (p. 47).

A perspetiva contingencial demonstra que não existe modelo único para administrar as organizações, portanto, não existe um único modelo para compreender e/ou administrar as organizações escolares, mas que o conhecimento de diferentes pressupostos e posicionamentos teóricos pode facilitar a forma de administrar uma escola num contexto próprio e orientar as decisões dos gestores. A perspetiva contingencial define que a técnica de administração que melhor contribui para alcance dos objetivos organizacionais pode variar em situações ou circunstâncias diferentes. Nesta perspetiva a tarefa do administrador/gestor é identificar que técnica poderá numa situação específica contribuir para o alcance dos objetivos da administração.

A abordagem contingencial, segundo Chiavenato (2000), enfatiza que “não existe nada de absoluto nas organizações”. “Tudo é relativo, tudo depende” (p. 267). É uma abordagem que explica a existência de uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas apropriadas para o alcance eficaz dos objetivos organizacionais. As variáveis ambientais são independentes, ao passo que as técnicas são dependentes.

Aos agentes administrativos, gestores da escola cabe a função de estabelecer uma visão, vincular todos os agentes escolares ao compromisso do seu desenvolvimento

e realização. Revez (2004, p.96), aborda Judith Chapman e France Rollin, que identificam o estilo de liderança como uma das características organizacionais determinantes para a eficácia das escolas. Para esses autores a coesão e a qualidade de uma escola encontram-se diretamente relacionadas com a existência de uma liderança organizacional efetiva e reconhecida, que desenvolva estratégias de atuação e promova o empenho individual e coletivo na execução dos projetos de trabalho. Assim, a escola deve promover a democraticidade, participação e envolvimento de toda a comunidade educativa na definição, concretização e salvaguarda dos objetivos intrínsecos de cada estabelecimento de ensino.

Os gestores escolares devem assumir a posição de figura de proa, imagem ou símbolo das próprias escolas. Os que administram a escola têm a responsabilidade de olhar para as suas funções como um desafio. Tumbula (2012) refere que,

o diretor acaba por ser uma pessoa equilibrada que vive e reage aos acontecimentos em função das circunstâncias ou dos casos. Na medida do possível, procura ser exemplo para os seus colaboradores, transmitindo-lhes confiança e assegurando-lhes uma organização e coordenação do trabalho em equipa. Não cria barreiras aos seus colaboradores, pelo contrário, estão na mesma sala, sem grandes segredos (p.143).

Como responsável do topo, o diretor da escola é o mentor de valores e respeito pelos valores da escola. Cabe a este preparar, orientar, partilhar os seus colaboradores dentro da cultura organizacional da instituição educativa. Concluímos assim que o sucesso do processo educativo na escola não depende exclusivamente da interação professor-aluno. Resulta da sinergia entre todos os agentes envolvidos na vida escolar.

1.4.1.2. Professores

Na opinião de Gaspar e Diogo (2010)

Os professores são os agentes responsáveis pela formação dos alunos, segundo os padrões e moldes definidos por via administrativa, isto é, por decreto-lei. Os objetivos e competências a atingir estão definidos para todos os discentes segundo currículo, baseado num princípio de uniformização que transformará

numa igualdade de oportunidades no mundo do trabalho e na vida adulta” (p. 236).

Para estes autores, o professor deve gerir o processo de ensino-aprendizagem no âmbito dos programas definidos, procurando adotar mecanismos de diferenciação pedagógica, suscetíveis de responder às necessidades individuais dos alunos. Nesse sentido, o profissional da educação deve ser um facilitador de aprendizagens e prestar atenção à formação do aluno através de transmissão valores e princípios sociais não apreendidos na sua comunidade. Não é assim possível pensar na educação (formal) sem pensar na formação do professor e da prática pedagógica com qualidade. É necessário que exista política e estratégias adequadas para a formação dos professores.

No estudo de Gaspar e Diogo (2010) é revelado que,

A função de professor nunca foi fácil. Durante séculos, exigiu-se que o professor fosse um modelo de virtudes e, mais recentemente, que desempenhasse as funções de um técnico, capaz de mudar os comportamentos e atitudes de todo o tipo de alunos. Ser professor não é apenas uma função técnica, vai mais além (p. 237)

A necessidade de existência de professores competentes na profissão é cada vez mais desejada pela escola, pela comunidade e pelo próprio Estado, uma vez que o crescimento e desenvolvimento de um país estão intimamente ligados à educação do seu povo. Face às inúmeras situações sociais vividas, exigindo respostas soluções seguras, a sociedade precisa de orientadores, educadores com excepcionais competências, capazes de influenciá-la na busca dessas soluções. Portanto, a tendência de aumento de violência, abandono escolar, insucesso escolar, perda de valores, os profissionais modelos e transformadores são cada vez mais necessários. Os pais, gestores escolares e entidades que assumem o poder político continuam a questionar os atuais profissionais da educação.

O professor está sujeito à formação contínua, sabendo que a sua atividade, sofre transformações e inovações constantemente. À medida que os cientistas sociais e investigadores continuam a desenvolver as suas atividades neste sector, os procedimentos, métodos e finalidades do processo do ensino e aprendizagem estarão constantemente num processo dinâmico. Assim, o professor deve assumir a sua formação como profissional de forma contínua, visando constituir competências profissionais mais adequadas às exigências do sector.

Dando ênfase à necessidade da formação do professor dentro do exercício das suas funções, Gaspar e Diogo (2010,) realçam que “o professor encontra-se a si próprio ou forma-se a si próprio enquanto professor, quando se empenha em: formar a comunidade; contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes; promover a sua autoformação” (p.237).

Na prática da atividade educativa os profissionais devem construir a imagem própria, ou seja, o profissional da educação deve possuir uma identidade que o diferencia dos técnicos de outras profissões, não apenas na atividade técnica a desenvolver mais sobretudo nos papéis interpessoais. Segundo Gaspar e Diogo (2010), o processo de construção da identidade profissional inicia-se com a socialização profissional, com o grupo a que se aderiu e pressupõe percursos diferenciados e refletidos, tendo em conta o Eu pessoal e as representações sociais de cada um. Para estes autores, a identidade do professor pode ser construída, de forma positiva, por duas vias: a primeira é, ser professor é possuir virtudes morais, que apenas se concretizam praticando ações moralmente positivas, como o puro ato de ensinar a alguém alguma coisa; a segunda é, ser professor é possuir virtudes intelectuais, que se conquistam pela aprendizagem adquirida com o fim de poder ser útil aos outros.

Nóvoa, (citado por Gaspar & Diogo 2010, p. 239), aborda que a identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto, mas sim um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão.

Para este autor, no processo identitário do professor é importante ter em conta o que chama de “teoria dos três AAA”, nomeadamente Adesão, Ação e autoconsciência. Esta teoria processa-se nos seguintes aspetos:

- A de Adesão, porque ser professor implica sempre a adesão a princípios e a valores, a adoção de projetos, etc.
- A de Ação, porque na escolha das melhores maneiras de agir, se jogam decisões do foro profissional e do foro pessoal. Certas técnicas e métodos “colam” melhor com a nossa maneira de ser do que outros. O sucesso ou insucesso de certas experiências marcam a postura pedagógica do professor, fazendo-o sentir se bem ou mal com esta ou aquela maneira de trabalhar na sala de aula.
- A de Autoconsciência, porque, em última análise, tudo se decide no processo de reflexão que o professor leva a cabo sobre a sua própria ação. É uma dimensão decisiva da profissão docente, na medida em que a

mudança e a inovação pedagógicas estão intimamente dependentes deste pensamento reflexivo.

Os professores para além da sua profissionalização são pessoas, seres humanos, dotadas de personalidade própria e profundamente diferentes entre si, com uma história pessoal diferenciada e particular, possuidoras de conhecimentos, habilidades e competências indispensáveis à vida das organizações. Isto faz deles agentes diferentes no exercício das suas funções com influência dos requisitos naturais de cada um.

A formação do professor como profissional da educação, exige transmissão de conhecimentos e competências produtoras de mudanças, quer no comportamento individual, como nas funções a assumir. A formação de professores para o ensino primário quer mais cuidado ainda tendo em conta fragilidade dos alunos neste nível e a sua dependência as atitudes e ações dos adultos, sobretudo os seus orientadores, com maior destaque o professor.

Zeichner, (citado por Gaspar & Diogo 2010), distingue quatro paradigmas importantes na formação do professor sendo:

1. *Paradigma comportamental* – esta conceção assenta numa epistemologia positivista e na psicologia comportamentalista. Valoriza a dimensão tecnicista do ensino. Para esta conceção, a formação tende a reduzir-se a um conjunto de técnicas que o professor deve adquirir e aplicar no processo de ensino a aprendizagem dos alunos. O sucesso do professor é medido pelo domínio destas técnicas. Trata da educação como uma ciência aplicada. O professor é visto como um simples executor de leis e princípios do ensino eficaz que foram concebidos e experimentados por especialistas. Numa perspetiva ideológica, esta formação, ao centrar-se nas técnicas de ensino e neutralizar a sua natureza, acaba por sancionar o contexto educacional e social vigente;
2. *Paradigma personalista* – fundada numa epistemologia fenomenológica, na psicologia perçetiva e desenvolvimentalista, mas também em princípios humanistas. Os programas de formação são feitos à medida das necessidades e preocupações dos professores, sentando-se na formação do “Eu” de cada professor. As respostas para cada caso não naturalmente recolhidas junto dos professor mais competentes e maduros, julgadas mais eficazes. Aqui os conhecimentos e as competências dos futuros professores não estão definidos a priori,

embora esteja implícita a preocupação pela organização das percepções e das convicções dos futuros professores, tendo em vista a sua conformidade a um dado modelo de maturidade psicológico. Esta formação acaba e sanciona o contexto social e educativo vigente, ao ignorá-lo no processo formativo;

3. *Paradigma tradicional-artesanal* – é um paradigma onde o ensino é visto como uma arte e os professores como artífices. A formação do professor é encarada como um processo de aprendizagem, construído por tentativas e erros, que, pode ser facilitada com ajuda e a sabedoria dos seus praticantes mais experientes. Trata-se de um modelo de mestre aprendiz. Os futuros professores são vistos como meros recetores passivos, não possuindo um papel determinante na definição dos conteúdos e orientação dos programas de formação. Esta formação acaba também por sancionar o contexto social e educativo vigente;
4. *Paradigma do Professor reflexivo* – baseia-se no pressuposto de que não há receitas antecipadas, válidas para qualquer situação. Cada professor e contexto educativo são únicos e irrepetíveis. A formação de professores, em vez de fornecer receitas, deve preparar os professores para desenvolverem capacidades de análise sobre os efeitos do que fazem junto dos alunos, escola e sociedade. O pressuposto desta teoria é que quanto maior for a consciência de um professor sobre as origens e consequências das suas ações e das realidades que as constroem, maior é a probabilidade de o professor poder controlar e modificar, quer as ações, quer os constrangimentos. A tarefa fundamental na formação de professores é, neste caso, a de desenvolver as capacidades dos futuros professores para a ação reflexiva, o espírito crítico sobre a sua prática e o contexto social e educativo vigente.

É, sem dúvidas que estes paradigmas da formação do professor espelham os diferentes modelos existentes quanto a formação daqueles que têm a missão preparar e orientar e os alunos quanto às realidades sociais.

Em Angola, apesar da existência de algumas escolas especificamente para formação de professores, sabe-se que desde a proclamação da independência em 1975, o paradigma predominante foi o tradicional. O contexto educativo vivido nesse período até à concepção da reforma educativa, em 2004, aliado ao conflito armado que

desintegrou famílias, aldeias e até alguns municípios, e destruiu as infraestruturas escolares, reforçou a ideia de que qualquer indivíduo, desde soubesse ler e escrever, podia ser professor, cuja experiência será adquirida à medida que vai ensinando. Neste contexto, o processo de ensino era mais arte do que propriamente uma ciência. A admissão de professores para o ensino público era feita administrativamente, sem qualquer possibilidade de avaliação dos conhecimentos do candidato à função de professor. Presentemente com a implementação da reforma educativa, e a própria reforma administrativa da administração Pública (lei nº17/90 de 20 de Outubro, que estabelece a obrigatoriedade de realização dos concursos para o ingresso na função pública e acesso nas carreiras da administração pública), criou-se um novo cenário quanto a admissão dos professores e a valorização desta prestigiosa profissão. A admissão de professores no ensino público passou a realizar-se com base nos concursos públicos, cujos princípios foram estabelecidos no decreto-lei nº22/91 de 22 de Junho.

O novo figurino da admissão de professores para o ensino público estabeleceu um conjunto de exigências, dando prioridade, sobretudo, para o ensino primário (1ª a 6ª classe) a indivíduos formados nas escolas de formação de professores. Inicialmente, a aplicação destes princípios conheceu várias dificuldades, pois não havia um número suficiente de indivíduos formados nas escolas específicas para professores, sobre a nível do interior do país, motivos de conflito armado. No entanto, foram alcançados alguns progressos, com a construção de várias infraestruturas quase em todo país, para assegurar a formação de professores capazes de dar respostas às necessidades do país.

O fim de conflito armado em 2002, permitiu a livre circulação de bens e pessoas, incentivou a criação de projetos sociais para atrair quadros da capital para outras regiões sobretudo do interior. Este facto faz com que muitos professores que não conseguem uma oportunidade de ser admitido no ensino público em Luanda, acorram para outras regiões em busca de oportunidades de emprego no ensino público.

A necessidade de assumir um paradigma de professor reflexivo continua a ser a maior necessidade para se atingir qualidade desejada no processo de ensino e aprendizagem. Compreende-se que o professor como profissional reflexivo vai atuar refletindo na ação, criando uma nova realidade, experimentando, corrigindo e inventando através de diálogo que estabelece com essa realidade. Assim, o conhecimento que novo profissional deve adquirir e vai mais além do que as regras, factos, procedimentos e teorias estabelecidas pela investigação científica. Este profissional constrói o seu próprio conhecimento profissional, o qual incorpora e transcende o conhecimento emergente da racionalidade técnica.

Uma formação adequada do professor traz um conjunto de benefícios, não para a comunidade escolar, mas também para a família, para o Estado e a sociedade em geral. Entre algumas vantagens apontadas destacam-se: promove a eficiência; incrementa a motivação e auto-motivação dos trabalhadores; aumenta os seus conhecimentos e as suas capacidades de expressão, comunicação, sociabilidade, integração; propicia a emergência de projetos Individuais e coletivos no campo profissional; suscita alterações positivas ao nível do imaginário; questiona hábitos e modelos culturais; promove cultural e socialmente os trabalhadores e induz processos transformadores e mudanças organizacionais, com efeitos apreciáveis ao nível da construção ou evolução das identidades coletivas.

O professor de hoje deve ser um profissional capaz de criar conhecimento, fruto do seu profissionalismo e processo contínuo de investigação. Como referem Gaspar e Diogo (2010):

O educador torna-se um pesquisador, um investigador, pois estuda, reflete, propõe, organiza, percebe as necessidades, intervém e testa constantemente o seu referencial teórico. Assim, todo o educador deve procurar e conquistar a dignidade e a confiança dos educandos na sua própria capacidade para aprender, refletir e interiorizar e oferecer-lhes a oportunidade de aprender com prazer e êxito (p.248)

Ao longo dos tempos, o papel do professor como agente socializador tem passado por modificações relevantes, por causa da transformação do contexto social, causando, deste modo, um aumento substancial das suas responsabilidades.

Espera-se do professor a capacidade de realizar com saber e autonomia o seu papel de facilitador das aprendizagens dos alunos, sem os moldar, mas ajudando-os a refletir e a problematizar as questões. Os professores não possuem apenas saberes, mas também competências profissionais que não se reduzem ao domínio dos conteúdos a serem ensinados. Face aos desafios das escolas modernas e da própria sociedade em que a escola está envolvida, o professor como profissional é um produto em contínua produção, deve viver um processo evolutivo, que para além das experiências que vai acumulando na medida em que vai ensinando, deve descobrir continuamente novos campos e novas formas de atuação.

Para Gaspar e Diogo (2010), para ser professor no atual contexto, é necessário entre outros possuir os aspetos seguintes:

- a) Ter uma concepção de educação;
- b) Ter uma formação política, ética, isto é, ter o sentido de compromisso;
- c) Respeitar as diferenças;
- d) Ter uma formação continuada
- e) Ser tolerante diante de atitudes, posturas e conhecimentos diferentes;
- f) Preparar-se para o erro e a incerteza;
- g) Ter uma autonomia didático-pedagógica;
- h) Ter domínio do saber específico que leciona;
- i) Ser reflexivo e crítico;
- j) Saber relacionar-se com os alunos;
- k) Ter uma formação geral, polivalente e transversal

A atuação do professor como profissional pode mudar dependentemente da ênfase em que ele dá ao processo do de ensino e aprendizagem: se priorizar o ensino, procurará transmitir o conhecimento centralizando-se em si mesmo; se priorizar a aprendizagem, centraliza-se no aluno, ajudando-o a aprender e aprendendo ele mesmo também com o aluno.

1.4.2. Escola: espaço multicultural

Segundo um relatório da Unesco (2013), o respeito pela diversidade e pela especificidade dos indivíduos constitui um princípio fundamental, que deve levar à proscrição de qualquer forma de ensino estandardizado. Cada povo, nação, etnia ou grupo possui traços próprios que o caracteriza, desde modos de vida, símbolos ou imagens. Embora exista choques entre determinadas culturas, uma das principais características da escola é a multiculturalidade. Os agentes que integram uma determinada escola, desde gestores, responsáveis pela higiene ou limpeza, segurança e alunos, são provenientes de diferentes culturas.

Alguns aspetos dessas culturas convergem em termos de convivência e outras divergem. A escola como centro acolhedor, procura criar instrumentos que permitam a convivência na diversidade. O fator cultura familiar ou do aluno herdada na família pode ser acautelado para se evitar um relacionamento assente no conflito. A definição de normas, regulamentos que sustentam a cultura organizacional da escola, pode contribuir, embora não na totalidade, a uma convivência sadia na escola, independentemente da origem, raça, etnia do aluno.

A este respeito observa Costa (2003):

Promover o diálogo necessário entre a escola e família e as respectivas comunidades, implica uma de marcação progressiva da escola monocultural e a responsabilização na construção de uma escola que dialoga, em pé de igualdade e de pleno direito, com a diversidade de culturas endógenas e exógenas: a escola intercultural (p.127).

Entende-se que a escola participa na comunidade, dialogando com facetas existentes na mesma comunidade, especialmente a família. Esse diálogo deve ser participante e envolvente, respeitando às diferenças culturais. Os fatores culturais podem influenciar, quer no relacionamento entre a família e a escola, quer no sucesso escolar do aluno. Mas é necessária que se compreenda que na escola, os costumes, os recursos, expectativas e experiências, a linguagem e os valores podem ser diferentes da família, ou quando similares, podem diferenciar-se em grau.

Cunha, (1997) afirma,

O ato pedagógico não é uma relação unidimensional, mas um processo de múltiplas trocas, partilhadas diferentemente por cada um dos intervenientes. Porque a educação não pode ser um processo unidimensional, a estrutura pedagógica da escola deverá exprimir e promover a pluri-dimensionalidade da cultura (p. 152).

Para este autor, partindo do princípio de que toda a pedagogia constitui uma teoria de formação de personalidade, onde a imagem condutora da personalidade individual se alicerça no sistema de valores de cada cultura.

Na opinião de Cunha (1997), “compete à escola promover atitudes positivas face à aprendizagem, levar a aprender aprendendo, transportando a vida para o seu interior. A escola tem de integrar a cultura e os valores da comunidade, deixando de estar de costas voltadas para ela” (p. 161).

O relativismo cultural é fundamental para escola, uma vez que ela assume o carácter multicultural e de harmonia com todos, independentemente da sua origem raça, etnia e outros fatores. Por outro lado, a cultura organizacional que a escola assume é um modelo que abarca valores, visão que envolve o lado humano da escola. É necessário relativizar os aspetos culturais os agentes escolares, pois toda a comunicação entre as

identidades culturais obriga que se reconheça o outro, ao mesmo tempo, como semelhante e como diferente.

Como afirma Cunha, (1997),

Reconhecer o outro como diferente, é aceitar relativizar o meu próprio sistema de valores; é admitir que possa haver outras motivações, outras referências e outros hábitos; é evitar interpretar os comportamentos diferentes através das minhas concepções para tentar compreender o significado que eles revestem em si próprios. Ao passo que reconhecer o outro como semelhante é admitir que a diferença não exclui semelhança (p.172).

Como um processo contínuo, a escola como um espaço multicultural, refere-se fundamentalmente a utilização da cultura como uma ferramenta de construção de uma relação assente na harmonia e convivência sadias, pois a cultura visa enriquecer as relações sociais e privilegiar as interações dos agentes envolvidos.

1.4.3. A Escola e os Alunos

A escola surge como um contexto em que as crianças investem o seu tempo, envolvem-se em atividades diversificadas ligadas a tarefas formais como leitura dirigida e aos espaços informais de aprendizagem como recreio, excursões e outras atividades de lazer. Além da presença dos pais na escola, requer-se que a escola também parta para o meio que envolve seus alunos, vá até às famílias. O professor deve conhecer cada um dos seus alunos e seus Encarregados de Educação e o próprio ambiente familiar, para do carácter, grau de inteligência e outros comportamentos dos mesmos. Cabe à escola reconhecer a importância da colaboração da família na história e no escolar dos alunos e auxilia-las a exercerem o seu papel na educação, na evolução e no sucesso profissional dos filhos e conseqüentemente na transformação da sociedade (Nadir Zago, 1994, p.304).

A necessidade de um sistema de ensino adequado às necessidades do país, levou Angola a implementar a reforma educativa desde 2004, que tem sido até aqui uma ferramenta útil face aos desafios do país neste campo.

Lemay, (2006) afirma que “Se os jogos e os amigos ocupam um lugar importante na vida da criança, a escola depressa se torna num espaço que mobiliza uma considerável energia” (p.124). Para o aluno, a escola torna-se um espaço de vida quase tão importante como a família. A escola comporta forças ao mesmo tempo positivas e

ambivalentes: nela adquirem-se conhecimentos, descobrem-se outros horizontes, pode-se passar por alguma perturbação perante a novidade, teme-se o confronto com outras crianças, num quadro onde já não se será o eleito. Para os pais a escola é também fonte de esperança e de inquietações.

1.4.3.1. Problemas do Aluno na Escola

A escola constitui por natureza um espaço de ordem, de disciplina e de convivência sadia. Mas nem sempre a escola assumiu em todos os momentos este papel. São inúmeras as vezes em que acontecem na escola situações contrárias à sua vocação, provocando inclusive perturbações a aquilo que é a sua missão. Essas situações que constituem risco para a escola e seus agentes, muitas vezes são influenciadas pelo ambiente familiar dos alunos e pelas atitudes, comportamentos e ações dos próprios orientadores escolares (professores e agentes administrativos).

O cruzamento de indivíduos, crianças, provenientes de ambientes diferentes, com educação bastante diversificada, também pode constituir um dos motivos da presença de tais situações. Por outro lado, o estilo de liderança dos gestores escolares e a própria cultura organizacional concorrem para situações capazes de colocar em risco a missão e função da escola.

A convivência no ambiente escolar demonstra que situações como indisciplina, violência, insucesso e o abandono escolar quando presentes na escola concorrem para resultados contrários àqueles esperando pela mesma.

É interessante a abordagem de Gaspar e Diogo (2010) quando se referem a esta situação nos seguintes termos :

A escola de hoje apresenta inúmeras situações de risco que, muitas vezes, põem em causa a própria função que deve desempenha. Com efeito, constata-se hoje que, de entre um leque variado de fenómenos, o insucesso e o abandono escolar, a indisciplina, a violência, o consumo de substâncias tóxicas, entre as quais se destaca o álcool, constituem problemas graves e demasiado generalizados nas escolas que contribuem decisivamente para a exclusão social (p.218).

Particularizando o contexto Angolano, os aspetos apontados como problemáticos na vida escolar têm-se revelado com velocidades diferentes.

A falta de disciplina dos alunos é influenciada pelo ambiente familiar e pelos colegas e amigos da escola, já que no ambiente escolar, os alunos acabam por adquirir

comportamentos que na família não foram possíveis. A própria dinâmica da atividade docente na escola e a cultura implementada na escola podem contribuir tragicamente para o surgimento de atitudes de indisciplina na escola. As normas e o modo de vida na escola, ou seja, a cultura organizacional da escola pode influenciar positiva ou negativamente na indisciplina dos alunos. Dai a necessidade de adequar às normas da escola à missão e função da mesma.

No ensino primário, surgem comportamentos inconscientes para o próprio aluno, requerendo apenas de orientação dos seus superiores, principalmente o professor. A indisciplina constitui num forte obstáculo ao processo do ensino e aprendizagem, uma vez que as suas consequências não são relativas apenas ao próprio aluno, mas aos colegas e ao professor.

Cabe aos professores e gestores escolares, estabelecer mecanismos que possam estancar este mal que condiciona a atividade educacional na escola. Para tal, o perfil do professor deve conter competência de controlo a gestão destas atitudes. O professor é o líder da sua turma, deve assumir autoridade diante dos alunos e influenciar os comportamentos dos mesmos.

As causas do insucesso escolar são diversificadas e têm várias origens, desde a família, escola e a sociedade em geral. O insucesso pode ainda ser influenciado por fatores de nascença, naqueles casos em que a criança nasce com deficiência ou atraso mental. Diante destes aspectos o papel da família, escola e do Estado passa a assumir um espaço importantíssimo, como referenciam Gaspar e Diogo (2010): “apesar dos factores de insucesso serem de ordem diversa, nomeadamente familiar, económica, escolar e curricular, compete ao Estado e à escola, acompanhada certamente por todos os seus parceiros sociais, contribuir, de forma decisiva na procura de soluções para este problema” (p.223).

O insucesso escolar, para além de influenciar o abandono escolar, tem sido responsável também na desarmonia entre os alunos e entre alunos e professores. O papel do professor na sala de aula a aplicar instrumentos pedagógicos capazes de ajudar o aluno pode inverter esta situação tida como de risco para o aluno.

Iturra, (1990) afirma que “O insucesso escolar consiste na dificuldade que as crianças têm no ensino primário em aprender... em obter notas altas pelo seu trabalho escolar, e em continuar seus estudos até chegar, idealmente, ao ensino superior, técnico ou profissional” (p.15).

O insucesso escolar pode apresentar várias causas, destacando-se por exemplo, o desinteresse da própria criança nos estudos; a falta de meios que possam incentivar a

crianças para os seus estudos; o fraco ou ausência de acompanhamento da parte dos pais; a incapacidade dos professores e gestores escolares, entre outras. O abandono escolar continua a constituir um problema para os dirigentes deste país. Angola vem vivendo uma situação desagradável nos últimos anos quanto a questão de abandono escolar. Ao longo do período do conflito armado, a guerra constituiu a principal causa deste fenómeno. Hoje, onze anos depois do conflito armado, o abandono escolar, sobretudo no ensino primário continua a preocupar, não só as autoridades, mas toda a sociedade.

O estudo deste fenómeno leva-nos a apontar alguns factores como: a localização das escolas (o aluno percorre a pé longa distancia para chegar a escola); o nível de vida das famílias (a criança por falta de meios para sua sobrevivência, prefere com anuência dos pais acompanha-los na lavra à busca de alimentos... ou é indicada para vender a água na rua para sustentar a família); a falta da casa própria para família (muitas família vivem em casas de arrendamento não estável, sujeitas a mudar de casa de tempo em tempo); o fraco aproveitamento escolar (quando o rendimento escolar da criança é desfavorável, os pais podem decidir tirá-la da escola); o relacionamento entre o professor, aluno e seus encarregados.

Para reduzir a taxa de abandono escolar no país, o executivo Angolano tem vindo a implementar vários programas de incentivo à criança e às famílias, com destaque o programa da merenda escolar. Verifica-se que tem faltado tanto a eficiência, como eficácia na concretização deste programa sobre tudo nas zonas periféricas e rurais onde as famílias possuem um poder económico muito baixo.

Gaspar e Diogo (2010) apontam que situações mais frequentes de abandono escolar estão associadas a fracasso e repetência, tendo como causas principais:

- *Integração relacional* – falta de interesse e motivação; aborrecimento; idade (sentem-se muito velhos em relação aos colegas); problemas com os professores; problemas com colegas e funcionários da escola; inadaptação à escola; interesse por outras atividades; maus resultados.
- *Familiares* – responsabilidades e problemas familiares; nível de instrução considerado suficiente para a atividade profissional; problemas financeiros (necessidades económicas); necessidades de começar a trabalhar
- *Acessibilidade* – problemas com transporte.

O abandono escolar constitui hoje um problema global, pois mesmo nos países com o progresso escolar muito avançado está patente. O que difere é a taxa, as causas e

os mecanismos aplicados para sua redução. Na realidade Angolana, para além das causas abordadas como contributo de vários autores, associam-se também outras que influem no insucesso e abandono escolar tais como a mudança constante de residência da parte da família, o facto de as crianças estarem à responsabilidade de outros parentes, não sendo estes pais biológicos ou adotivos, que muitos destes responsáveis são avós já com idades muito avançadas, sem força de deslocar para a escola dos seus netos.

1.5. Relacionamento Família-Escola

A família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsores ou inibidores do seu crescimento físico, intelectual e social. Nas atuais comunidades, com maior ênfase nas grandes cidades, certos Encarregados de Educação e pais, delegaram à escola as funções que lhes competem, demonstrando um desinteresse em assegurar as relações favoráveis. Outros, fruto da sua fraca formação académica e fatores culturais, receiam interagir com os professores e outros responsáveis escolares, colocando em causa a boa convivência entre a família e escola.

Para Cunha, (1997), “A escola deve ser o complemento educativo da família, devendo ajudar, de forma prioritária, os pais no cumprimento das suas funções que lhes competem por direito e por dever”(p.153)

A escola deve reconhecer que os pais estão envolvidos no processo do ensino e aprendizagem dos seus filhos desde muito cedo. A partir do momento em que os filhos começam a conhecer o meio que os envolve e compreender algumas tarefas, os pais estão presentes para orientações educativas e instrutivas. Este envolvimento dos pais acompanha todas as fases do processo de desenvolvimento vocacional, podendo a partir deste momento influenciar no percurso do filho, aluno da escola.

A interação entre os Pais/Encarregados de Educação e a escola desenvolve em diversas modalidades, dependentes de acordos definidos entre ambas as partes, podendo algumas como a comunicação permanente através de caderno de comunicação, reuniões entre a escola e os pais, sessões personalizadas ou individuais, atividades não académicas, e outros.

Quer a escola como a família devem participar no desenvolvimento integral do aluno-filho. Como ressaltam Araujo, Neto e Perloiro (1998),

estudar com eficácia é uma competência que se pode apreender. Por mais estranho que pareça, ninguém ensina os alunos a estudar. Muito menos se ensina aos pais a forma como podem apoiar os filhos apesar de, diariamente, muitos fazerem o melhor que podem e sabem para os auxiliar na preparação de testes ou na resolução dos trabalhos de casa.

Na análise desta relação, na prática os pais assumem também o papel de supervisores dos seus filhos na realização dos trabalhos para casa. Quando os professores orientam trabalhos para casa, os Pais/Encarregados de Educação desempenham o papel de recurso quando surgem as dificuldades, oferecendo orientações que ajudem o aluno a compreender o que lhe é solicitado.

Os alunos mais novos em termos de idade, necessitam mais apoio dos pais e realização dos trabalhos da escola em casa. Neste complexo modelo de aprendizagem, os pais não se constituem em “fazedores” dos trabalhos dos filhos, mas sim a responsabilidade é da própria criança, e os pais apenas estão presentes para orientar e confirmar se o filho necessita de alguma ajuda e se o trabalho foi compreendido. Os pais proporcionam para o aluno um contexto físico e emocional que lhe permita estudar e aprender, mas nunca se devem substituir ao filho fazendo-lhe o trabalho da escola (Araujo, Neto e Perloiro, 1998).

O trabalho desenvolvido em conjunto entre a escola e a família, a interação entre ambas, assumindo as diversas e diferentes tarefas, contribui para a criança tenha sucesso como ser humano e aluno. Para o desenvolvimento integral da criança, a interação entre a família e escola constitui uma necessidade para ambas as instituições. Quando estas interagem permanentemente, facilitam os papéis da escola e da própria família na construção da consciência da criança – aluno.

A escola completa a tarefa da família, o aperfeiçoamento do carácter encaminhando as tendências individuais para harmonia e a estabilidade sociais. Nas situações em que a escola e a família mantem boas relações, podem se maximizadas as condições para uma melhor aprendizagem, pois tanto uma como outra instituição irá completar o processo de educação iniciada pela outra.

Para motivar o processo do ensino e aprendizagem, os Pais/Encarregados de Educação e os professores devem ser estimulados a encontrarem estratégias conjuntas e específicas ao papel que cada um deve assumir, podendo resultar em novas opções e condições de ajuda e colaboração mútua.

Enquanto a escola estimula e desenvolve uma perspectiva mais universal e ampliada do conhecimento científico, a família transmite os valores e crenças, e como consequência, os processos de aprendizagem e desenvolvimento se estabelecem de uma maneira coordenada. (Nadir Zago, p.305). Nesta interação, se o fracasso predominar, ou seja se a integração entre ambas as instituições for fraca, as consequências são variadas.

A tipologia proposta por Epstein, (citado por Bhering & Siraj-Blatchford, 1999; Marques, 2002 e Zago 1994) inclui cinco tipos de envolvimento entre os contextos familiar e escolar, nomeadamente:

- 1) *Obrigações essenciais dos pais* – Tem a ver com as ações e atitudes da família ligadas ao desenvolvimento integral da criança e à promoção da saúde, proteção e repertórios evolutivos. Cabe à família, para além das várias tarefas, criar um ambiente propício para aprendizagem escolar, incluindo o acompanhamento sistemático e orientações contínuas quanto aos hábitos de estudo e às tarefas escolares;
- 2) *Obrigações essenciais da escola* – reflete as diferentes formas e estratégias adotadas pela escola visando apresentar e discutir os tipos de programas existentes na escola e evidenciar os progressos da criança, nos diferentes níveis, para os pais. As formas de comunicação com a família variam, desde mensagens, jornais, convites, boletins até às observações na agenda do aluno. A visualização das normas adotadas do funcionamento geral da escola, dos métodos de ensino e de avaliação e a abertura dos espaços, onde os pais possam participar ativamente e dar as suas opiniões sobre estes temas é estratégico;
- 3) *Envolvimento dos pais em atividades de colaboração na escola* – trata-se da forma como os pais interagem com a direção quanto ao funcionamento da escola como um todo. Refere-se à programações, reuniões, eventos culturais, atividades extra-curriculares e outras. É uma forma de envolvimento que procura auxiliar os professores, orientadores e outros agentes escolares nas atividades específicas, quer mediante ajuda direta na sala de aulas, quer na preparação de atividades ligadas à festas, recreação, etc.;
- 4) *Envolvimento dos pais em atividades que afetam a aprendizagem e o aproveitamento escolar (em casa)* – Aborda os mecanismos e estratégias que os pais aplicam para o acompanhamento das tarefas escolares,

agindo como tutores, monitores e/ou mediadores, podendo atuar de independente ou sob a orientação do professor:

- 5) *Envolvimento dos pais no projeto político da escola* – trata-se da participação efetiva dos pais na tomada de decisões quanto às metas e aos projetos da escola.

A participação da família na vida da escola não se traduz apenas na consideração das suas opiniões e razões, mas também que a sua vontade tenha um peso específico na tomada de decisões. Exige da escola uma espécie de administração participativa que, apesar de possuir especialistas no campo do ensino e aprendizagem, aprenda a observar e considerar as visões, ideias e sugestões provenientes dos pais, depois de um profundo processo de filtragem.

Na tomada de decisões sobre os projetos educativos, os conteúdos a administrar, os mecanismos de trabalho, se deve ter em conta, o princípio de racionalidade limitada, no qual cada um de nós, pai, professor ou gestor escolar tem limitações racionais.

Cunha, (1997), refere que,

Na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica, deverão adoptar-se processos participativos e deverá assegurar-se a participação de todos os intervenientes na tomada de decisões. Contudo, a presença interventiva da família deve verificar-se não apenas nos estabelecimentos de ensino, mas estender-se também a todas as instâncias do sistema educativo (p. 158).

A escola, segundo Lemay (2006, p.124), transforma-se num outro espaço de vida no qual as formas de relação, os tipos de aprendizagem e os papéis desempenhados são ao mesmo tempo profundamente diferentes dos que existem na família e intimamente dependentes das aquisições precedentes. Cada êxito é fonte de orgulho e cada fracasso é fonte de inquietação para os adultos. Existem vários factores que influenciam a fácil ou difícil integração escolar. Alguns estão manifestamente com o clima familiar, com a riqueza sociocultural transmitida durante os primeiros anos, com o interesse manifestado pela mãe e pelo pai em relação às tarefas escolares. Outros factores dependem de traços pessoais, como as formas de integração preferidas pela criança, as suas motivações, a sua capacidade de concentração, a sua maturidade e, quer se queira quer não, com a qualidade intrínseca das suas aptidões cognitivas. Outros

factores ainda estão relacionados com a qualidade pedagógica dos professores e com o ambiente escolar.

Lemay (2006) refere que,

A escola é fonte, muitas vezes de algumas perturbações, seja devido à gestão do tempo familiar, às deslocações ou ao apoio emotivo e académico de que a criança precisa. A chegada da criança na escola exige desencadeamento de potentes energias. É preciso preparar-lhe o lanche, ouvi-la contar aquele contratempo ou aquele jogo, resolver um pequeno conflito, decidir se a criança pode ir ver a televisão, brincar lá fora ou começar os seus trabalhos de casa, é preciso ajudá-la a fazê-los e a dizer o que deu nas aulas. É preciso adaptar-se às mudanças da criança que às vezes aceita colaborar e noutros se opõe (p.124).

Para Cunha (1997, p.155), a escola é uma instituição social que atua como ligação entre a família e a sociedade, apresentando-se como resposta social às exigências da família em ordem à superação das suas limitações, completando as suas funções educativas sem a substituir. A escola adquire protagonismo como instituição que educa as atitudes e os comportamentos sociais dos alunos; a família, máxima responsável pelos filhos, porque não dispõe de elementos para os preparar cultural e convivialmente, necessita da instituição escolar, na qual deposita grande parte das suas responsabilidades.

Em colaboração com os pais a escola é chamada a cumprir a sua missão de facilitar o processo de inserção social dos filhos. Cunha, (1997), refere que “Quando a escola valoriza a criança, valoriza ao mesmo tempo, o trabalho empreendido, de início, pelos pais. Isto mostra como é importante o papel de reforço desempenhado pela escola perante às práticas familiares em educação; a escola” (p.155).

1.6. Escola, Família e Comunidade: Uma convivência firme

Para Cunha, (1997), “A cooperação entre a família, a escola e a comunidade deve assentar num projecto da educação centrado nos valores, sempre em abertura, mas referidos e fundamentados na dignidade da pessoa humana” (, p. 157). A educação, segundo este autor, dirige-se á formação integral da pessoa e, conseqüentemente, aos

bem da sociedade de que o homem faz parte, em ordem a realização de uma emancipação colectiva e de um equilibrado desenvolvimento individual.

Se partirmos da ideia que todo o Ser Humano nasce num lar, numa família, num determinado meio e os pais são os primeiros agentes socializadores, primeiros educadores que têm o lar como a primeira escola para os seus filhos, então, logo, é notável que a escola e comunidade complementam um processo educacional nascido a partir da família. Para que a escola e a comunidade (sociedade), dão continuidade a um processo que começou a partir do lar, elas devem procurar expandir o conjunto de valores e conhecimentos com aos mecanismos apropriados.

O indivíduo é influenciado por diversos fatores do ambiente. Ele é afetado de diversas maneiras, pelo lar, pela escola, pelas organizações recreativas, pela igreja, em fim pela sociedade. Para ajudá-lo a crescer e desenvolver é necessário impulsionar a sociedade no sentido em que se deseja que o individuo seja influenciado. É necessário que a família coopere com a escola institucional e com outras instituições sociais para que a criança receba uma educação acerca dos valores.

Partindo do princípio de que a socialização consiste no processo por meio do qual os indivíduos aprendem e interiorizam os valores, normas e comportamentos que vigoram na sociedade, facultando-lhes a sua integração social, a sua concretização envolvem os diversos agentes, nomeadamente: a família, a escola, os grupos profissionais, grupos informais, etc. Nesta conceção, entende-se que a família e a escola são dois aspetos fundamentais. Uma, a primeira, por natureza propriamente humana, desde a nascença e a outra, a segunda resulta no crescimento de desenvolvimento da própria sociedade.

Nas relações sociais que se estabelecem entre os diferentes agentes sociais, figuram as condições materiais da escola; mas igualmente os padrões culturais, valores e modos de vida do corpo docente-administrativo e da população local. As diferenças socioculturais dos pais e do pessoal docente-administrativo têm, evidentemente, reflexos nas relações entre escola e a população local, e determinam, igualmente, modalidades de desenvolvimento do trabalho no interior da escola (Zago, 1994).

A família e a escola são dois pilares fundamentais da sociedade. A família como núcleo básico da vida humana e a escola como centro unitário de instrução, educação e desenvolvimento humano. Ambas asseguram a estabilidade e o bem-estar da sociedade. Reforçando importância e o lugar destas duas instituições sociais, Nadir Zago (1994) refere:

A vida social completa está na cidade. A família e a escola são suas partes mais importantes. A cidade há de interessar-se por elas, cooperando no seu desenvolvimento, pois que de outra forma não podem progredir. Onde não houver famílias bem constituídas, onde não existir escolas bem organizadas, aí não se encontrará a civilização. A família, a escola e a cidade (comunidade) hão de ver no menino uma esperança da pátria, donde deve brotar um cidadão digno e prestante. Elas têm de oferecer para esse fim um ambiente favorável, cuja formação compete aos professores e a todos aqueles que forem modelos da vida social (s/d).

A família e a comunidade devem ser orientadas quanto às novas abordagens utilizadas no ensino, visando acompanhar o progresso e as necessidades do aluno. A escola está intimamente inserida numa determinada comunidade onde recebe e fornece informações necessárias para a sua sobrevivência e a da própria comunidade. Esta dependência exige da escola, da família e da comunidade interações frequentes sustentadas pela troca de informações, na análise conjunta de problemas com que se deparam, na procura conjunta de soluções para tais problemas e no aproveitamento dos recursos educativos da comunidade a favor dos objectivos educativos da escola.

A escola, muitas vezes, concebida como substituto educativo da família, complementa e reforça os gostos seletivos e ensina conhecimentos para o futuro exercício de uma profissão. A democratização do ensino faz da escola, apesar das resistências, uma encruzilhada de classes sociais. Provoca por isso, a interpenetração de modelos, valores, de origens diversas (Gaspar & Diogo, p. 134).

As interações constantes entre os agentes sociais, família, escola e outros grupos, têm proporcionado uma maior reflexão sobre o que deveriam ser, racionalmente, nas sociedades industrializadas, as funções socializadoras próprias da família, da escola e da Comunidade (sociedade).

As transformações que a sociedade tem vindo a sofrer, decorrentes da grande carga de informação dos avanços tecnológicos e dos outros fatores, têm repercutido na estruturação da família e conseqüentemente na estrutura da escola. A escola tem encontrado dificuldades em assimilar as mudanças sociais e familiares e incorporar as novas tarefas que a ela tem sido delegada. A escola precisa ser pensada como um caminho entre a família e a sociedade, pois tanto a família, quanto a sociedade voltam o

seu olhar sobre ela. Para a sociedade, a escola é uma extensão da família, pois é através dela que se consegue desenvolver indivíduos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres.

Na opinião de Iturra (1990),

Se uma sociedade não consegue ensinar as gerações que virão substituir a dos adultos que morrem, nem conhece claramente os meios pelos quais o fará, corre o sério risco de que a sua construção se disperse. Ensinar, isto é, transmitir a memória social de adultos a jovens (e crianças), é o processo pelo qual se transfere o pensamento cultural de como uma sociedade se gere a si mesmo” (p. 16).

Para assegurar o envolvimento dos Pais/Encarregados de Educação, o Ministério da Educação Angolano, através do regulamento das escolas do ensino geral, estabelece no artigo 27º, a comissão de pais e encarregados da educação. No número 1 deste artigo define a razão da sua existência nos seguintes termos: “A comissão de pais e encarregados da educação é um órgão de apoio que visa a colaboração e a ligação Escola-Comunidade, sendo o seu coordenador o dinamizador de todo o trabalho a ser realizado por todos os encarregados de educação”. Este órgão, ao lado de outros auxilia as atividades desenvolvidas pela escola, envolvendo as famílias e a comunidade.

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo 1 - Opções Metodológicas

Na presente investigação propusemo-nos a pesquisar sobre a interação família – escola, relevando a sua pertinência nos resultados, quer para a vida familiar como para o sistema escolar. De acordo com a metodologia de pesquisa aplicável nas ciências sociais, a investigação de um fenómeno deve compreender quer abordagens quantitativas, quer qualitativas, pois ambas apresentam vantagens, desvantagens, pontos positivos e pontos negativos. No caso concreto do objecto de estudo em análise, as opções metodológicas tiveram em conta a natureza do problema, bem como os seus objectivos e as respectivas finalidades. Deste modo, foi privilegiada a abordagem de natureza quantitativa.

A recolha de dados foi realizada com auxílio de dois instrumentos, nomeadamente:

- Análise documental;
- Inquérito por questionário.

Os dados recolhidos serviram para comparar as diferentes visões dos Pais/Encarregados de Educação e dos Professores. Foram estabelecidos como indicadores a regularidade de contactos, o enquadramento socioprofissional dos pais, o género, a formação académica dos pais, iniciativas de contactos e resultados.

Através de dois questionários, um dirigido aos Professores e outro aos Pais/Encarregados de Educação, procuramos entender e interpretar a visão de cada um desses grupos quanto aos indicadores pré-definidos. Com base nessas visões procedemos à comparação para identificar as convergências e as divergências, tendo em atenção a tendência de supremacia de cada um dos lados.

O questionário dirigido aos Professores comportava 10 questões, tendo em conta a natureza dos itens e o dos Pais/Encarregados de Educação composto por apenas 6 questões.

A pesquisa envolveu os Professores e Pais/Encarregados de Educação de duas escolas primárias: uma escola pública e outra privada. As duas escolas se localizam na mesma zona, isto é, no município de Cazenga, no bairro da Mabor.

1. Caraterização da Amostra

A nossa amostra é de 61 professores de ambas as escolas, sendo 34 da escola pública e 27 da escola privada e 109 encarregados da educação, 42 da escola pública e 67 da escola privada.

O nosso estudo cinge-se a duas escolas primárias, pois é neste nível onde a criança é totalmente dependente dos Pais/Encarregados de Educação. Essa dependência da criança aos pais é um motivo suficiente para que os pais se preocupem e participem na vida escolar do filho. É aqui, à luz das alíneas b e c do artigo 18º da Lei de Bases do Sistema da Educação, deve-se aperfeiçoar no aluno hábitos e atitudes tendentes à sua socialização e proporcionar-lhe conhecimentos e capacidades de desenvolvimento das faculdades mentais.

Os questionários foram distribuídos e respondidos durante os meses de junho e agosto do ano 2013. Para além das perguntas relacionadas ao tema, os questionários continham outros indicadores como idade dos respondentes, sexo, tempo de serviço (para professores), ocupação profissional (para os encarregados da educação) e nível de formação académica.

Com base nesta amostra procuramos compreender, por um lado o que os encarregados da educação pensam da escola e como interagem com ela e por outro lado, a visão da escola sobre o envolvimento da família na vida escolar dos filhos.

1.1. Escola Pública

A escola existe desde o ano 1999, mas foi criada oficialmente no ano de 2012, através do decreto-executivo nº 25/12 de 18 de Setembro. Trata-se de uma escola pública do ensino primário, isto é, de acordo com o actual sistema de educação em Angola, esta corresponde às classes de 1ª até 6ª. Apresenta uma estrutura física definitiva com 17 salas de aulas dois gabinetes administrativo e pedagógico.

No ano lectivo de 2013 a escola matriculou 1.240 alunos subdivididos nos dois turnos e possui 34 professores, 1 director e 1 subdirector pedagógico, 4 auxiliares de limpeza e 6 agentes de segurança, totalizando 46 funcionários. Todos a base de contrato definitivo. Embora com menor expressão, a escola desenvolve algumas acções para incentivar a participação dos pais na vida escolar, desde convocação de reuniões com os encarregados da educação até à comunicação individual para tratamento de assuntos relacionados aos seus educandos.

A Escola localiza-se numa zona onde a maioria dos encarregados vivem de pequenos negócios. Ou seja, a principal actividade económica dos pais é o comércio à baixa dimensão. Por outro, tendo em conta a situação de conflito armado que o país viveu, que desintegrou as aldeias, comunas, etc. e dizimou muitas vidas, muitos alunos desta escola não vivem com os pais, mas sim estão a cargo de outros parentes como

avós, tios, etc. Este facto é também acompanhado por um processo que se vai tornando comum em Angola, aquele relacionado à fuga a paternidade e o desemprego fazendo com que os avós responsabilizam-se pela vida e educação dos netos.

1.2. Colégio Privado

A Escola privada existe desde o ano 1994 leccionando o ensino primário e do Iº Ciclo do ensino secundário. A sua estrutura física porta 14 salas de aulas 1 gabinete para director, 1 gabinete para subdirector pedagógico e uma secretaria. Em termos do quadro humano, a escola conta com 32 funcionários, entre estes 1 director, 1 subdirector pedagógico, 1 secretária, 28 professores (no ensino primário) e duas auxiliares de limpeza. Dos 28 professores, apenas 12 são efectivos, os outros trabalham em sistema de colaboração.

Esta escola para além de reunir trimestralmente com os pais e encarregados da educação, como é, norma nas escolas primárias na República de Angola, aplica outros instrumentos que incentivam os encarregados a acompanharem a vida escolar dos seus filhos e a participarem nas actividades organizadas pela escola.

Entre os instrumentos, destaca-se o caderno de comunicação, que a escola denomina de “jornal escolar”. Este instrumento importante é atribuído a todos os alunos que frequentam este nível, devendo para o efeito preenche-lo todos os dias de aulas na sala de aulas, antes da hora de saída. Nele devem ser registados: os sumários de todas as disciplinas dadas por dia, obedecendo a ordem do horário; assinaturas do professor e do encarregado da educação, que devem fazê-lo todos os dias; a hora da saída da sala de aulas. A assinatura deste caderno pelo encarregado da educação é obrigatória.

Outro instrumento de incentivo é o método de publicação de resultados. Enquanto nas escolas públicas e quase todas as privadas, os resultados são publicados através de fixação de pautas e/ou entrega de cadernetas e relatórios, esta escola, o faz publicamente. Ou seja, são convocados todos os pais e encarregados da educação para saberem dos resultados dos seus alunos. Os alunos são chamados publicamente por classe e turma de acordo com a ordem de aproveitamento escolar em percentagens.

O aluno ao receber o boletim de notas deve ser acompanhado pelo seu encarregado da educação. Os alunos que ocupam os primeiros lugares são elogiados e reconhecidos com gratificações publicamente.

2. Procedimentos na coleta de dados

Ao procurarmos pesquisar sobre a interação família-escola, assumimos a consciência de partilhar, de um lado com a escola, do outro com os pais. Falar da família e escola, envolve pessoas que atuam em áreas diferentes, cujas ações podem ter uma profunda influência na vida de ambas as instituições.

Para concretizar este estudo recorreremos ao uso de questionários: um dirigido aos professores, mestres que lidam com os alunos e em alguns casos com seus encarregados da educação no seu dia-a-dia; e o outro aos pais e encarregados da educação, pois a família é a origem do aluno.

A experiência prática da nossa atividade como professor e a observação direta a nível das escolas em estudo serviu de ferramenta para este fim.

2.1. Questionários

A aplicação de questionário como instrumento de pesquisa foi motivada pelo facto de permitir que os respondentes direcionem-se às mesmas perguntas, cujas respostas facilitam-nos a mensurar os dados.

O primeiro questionário foi dirigido aos professores, profissionais do processo educativo, agentes que interagem permanentemente com os alunos na escola. Este questionário foi constituído com 10 perguntas e procurou atingir a visão dos docentes, fruto da sua experiência neste campo sobre o relacionamento entre eles, como profissionais e os pais dos seus alunos, como educadores naturais.

O segundo questionário serviu para ouvir e compreender o que pensam os pais sobre o envolvimento na vida escolar dos seus filhos e qual tem sido a realidade das escolas onde os seus filhos estudam. Este questionário constituiu-se com 6 perguntas, algumas das quais coincidem com aquelas feitas aos professores.

Na construção dos questionários tivemos o cuidado de relacionar a visão das duas partes e focar nos aspetos mais relevantes, de modo a obter informações correspondentes à necessidade deste estudo.

Como amostra, definimos um número de 61 professores das duas escolas primárias, 34 da escola pública e 27 da escola privada; este número subdivide-se em 11 mulheres e 50 homens, dos quais 5 mulheres e 29 homens da escola pública e 6 mulheres e 21 homens da escola privada, cujas idades são diversificadas como mostra a tabela relativa á este indicador.

Os resultados obtidos através destes dois questionários levaram-nos a fazer comparação entre os professores e os encarregados da educação, todos indicando a

necessidade de melhorar o desempenho quanto aos modos de interagir entre as duas instituições.

3. Considerações gerais

A família e a escola são duas instituições sociais que sempre estiveram intimamente ligadas na concretização dos seus objectivos, desde que esta última surgiu. O estudo levado a cabo permitiu o estabelecimento de contacto directo, quer com os professores, quer com os encarregados da educação. A observação directa e aplicação do questionário possibilitaram a colecta de dados quantitativos que serviram para análise de resultados da pesquisa.

O estudo envolveu duas escolas primárias, uma pública e outra privada, onde foram seleccionados professores e encarregados da educação como amostra. O envolvimento dos professores e encarregados da educação no estudo revelou a importância das duas instituições, família e escola interagirem continuamente para assegurar o sucesso dos alunos. O estudo realizou-se em dois grupos diferentes, apesar de envolver algumas questões de natureza comum.

Capítulo II- Apresentação e Interpretação dos Resultados

1. Apresentação dos resultados dos questionários

Considerando o carácter da pesquisa por nós desenvolvida, o que exigiu envolver os profissionais do processo do ensino e aprendizagem na escola e os pais encarregados da educação dos alunos, procuramos com a aplicação de métodos próprios, obter resultados da pesquisa, para o alcance dos objetivos pré-definidos.

Os questionários distribuídos num período de dois meses, foram respondidos, quer por professores, quer por encarregados da educação, cujas respostas individuais foram analisadas e interpretadas.

Os resultados nesta parte apresentados resultam dos questionários dirigidos para os encarregados da educação. Procuramos analisar as respostas de cada pergunta por classe ou categoria dos respondentes.

1.2. Questionário aos Professores

Dentro dos objectivos estabelecidos foram definidos aspetos que permitiram a construção de um questionário dirigido aos professores, que visou a recolha de dados sobre a sua visão no que tange a interação da sua escola com a família, origem dos seus alunos. Os professores refletiram e responderam 10 perguntas onde procuraram exteriorizar a importância de interagirem com os pais dos seus alunos e os mecanismos estabelecidos pela sua escola que visam promover a aproximação entre eles como profissionais e os encarregados da educação como progenitores dos alunos.

Responderam questionário 61 professores do ensino primário das duas escolas, pública e privada, subdivididos em género e idade.

Os questionários apresentavam duas partes. Para além da parte das perguntas relacionadas à interação entre as duas instituições, envolvia outra parte preliminar, que visava a identificação do respondente, como se pode notar nas tabelas.

1.2.1. Caracterização dos Respondentes por Idade e Tempo de Serviço

Tabela 1

Caracterização por Idade e Tempo de serviço

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
QI-1 Idade	61	26	63	43,80	10,430
QI-3 Tempo de service	61	4	32	17,13	8,634
Valid N (listwise)	61				

Pela análise da Tabela 1, a média de idades dos respondentes é de 43 anos, no que diz respeito ao tempo de serviço dos mesmos situa-se entre 17 anos.

Tabela 2

Identificação dos respondentes por sexo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masc	50	82,0	82,0	82,0
	Fem	11	18,0	18,0	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

Os respondentes ao questionário são maioritariamente do sexo masculino, correspondendo 82%. Este factor surge pelo facto de as escolas em Angola, principalmente em Luanda, sejam constituídas por mais homens do que as mulheres.

1.2.2. Respostas às questões colocadas

Procuramos apresentar aqui as respostas dadas por cada questão em termos numéricos (frequência) e em termos percentuais.

a) Relacionamento entre a escola e os encarregados da educação (família)

Tabela 3

Relacionamento entre a escola e os encarregados de educação (família)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mau	1	1,6	1,6	1,6
	Razoável	15	24,6	24,6	26,2
	Bom	24	39,3	39,3	65,6
	Muito Bom	5	8,2	8,2	73,8
	Possível	16	26,2	26,2	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

A primeira pergunta visou saber o ponto de vista dos professores quanto ao relacionamento entre a sua escola e os pais/encarregados da educação dos seus alunos.

Quando nos referimos à relação escola-encarregados da educação, estamos a envolver da parte da escola, não só, os gestores escolares, mas sim, todos os agentes que atuam no contexto da escola, incluindo os próprios professores que lidam com os alunos no seu dia-a-dia.

Numa frequência de 61 professores, 39,3% (maioria) entendem que o relacionamento entre a sua escola e os encarregados da educação é bom, 16 e 15 (26,2% e 24,6), consideram-no possível e razoável, respectivamente.

Mesmo tendo alcançado numericamente esta consideração, os professores esperam da escola e dos encarregados da educação, mecanismos que possam contribuir na maior aproximação e cooperação entre a escola e a família.

b) Encarregados que mais se deslocam à Escola e interagem com ela (género)

Nesta questão procuramos saber, a partir da opinião dos professores, de entre os pais e as mães quem são os que mais frequentam o espaço escolar para interagir quer com professores, como com outros agentes escolares.

Tabela 4

Deslocação da família à escola

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Pai	22	36,1	36,1	36,1
	Mãe	39	63,9	63,9	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

Face à realidade vivida no nosso dia-a-dia na escola é direcionado aos profissionais do ensino e aprendizagem a questão se entre os pais e as mães, quem são os que mais se deslocam à escola para interagir com os professores e outros agentes escolares.

Pela análise das respostas dos respondentes podemos observar na Tabela 4 que a maioria dos professores foram unânimes em confirmar que são as mulheres/mães (63,9%) que mais interagem com a escola, enquanto os homens/maridos corresponderam apenas 36,1%. Este aspecto, para a nossa realidade pode ser explicado, por um lado, na perspectiva de que elas (as mulheres/mães), na sua maioria não estão enquadradas no sistema de trabalho formal (empresas e outras instituições oficiais),

outras desenvolvem pequenos negócios nas portas de casas ou muito próximo de casa, outras ainda pela obediência ao marido como cabeça de lar e base da sustentabilidade económica da família.

O baixo nível de envolvimento dos homens/pais que interagem com a escola dos seus filhos, não se explica exclusivamente pela ocupação dos mesmos no trabalho, mas também com a delegação da responsabilidade dos filhos à mãe, fenómeno que tem vindo a ganhar maior espaço nas comunidades periféricas de Luanda.

c) Formação académica dos encarregados da educação

Tendo em conta as transformações ocorridas nas famílias (Varani & Silva: 2009), e a própria pressão social, com maior ênfase nas zonas urbanas, procuramos saber este indicador da parte dos professores. É um factor importante, uma vez que visávamos compreender se a formação académica dos pais tinha alguma influência na interação entre a família e a escola.

Tabela 5

Nível académico do Encarregados de Educação

	<i>Frequency</i>	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Até à 6ª classe	16	26,2	26,2	26,2
7ª-9ª classe	24	39,3	39,3	65,6
10ª-13ª classe	16	26,2	26,2	91,8
Lic ou mais	4	6,6	6,6	98,4
5	1	1,6	1,6	100,0
Total	61	100,0	100,0	

Pela análise da Tabela 5 podemos verificar que na opinião dos professores a maioria dos Encarregados Educação que interagem com a escola, possuem da 7ª à 9ª classe, com 39,3%. Constatamos a existência de um equilíbrio dos encarregados com o ensino primário e do IIº Ciclo do ensino secundário (26,2%) respectivamente, colocando a formação superior no último quadro. Esse índice pode ser explicado pelo resultado da situação político-militar que o país viveu logo após a independência. O conflito armado provocou desintegração social, destruiu as infraestruturas sociais e limitou a formação de quadros, quase em todas as províncias de Angola. As políticas estratégicas do Estado direcionaram-se na defesa do espaço territorial em detrimento do desenvolvimento social.

A redução das infraestruturas escolares acompanhada com o processo de integração obrigatória dos jovens nas fileiras militares (de forma involuntária) para defender o país, contribuiu profundamente no atraso escolar de muitos que hoje são pais e encarregados da educação.

Hoje, depois da assinatura do Acordo de Paz, em 2002, as políticas estratégicas do Estado passaram a direcionar-se no desenvolvimento social, com maior destaque na construção de infraestruturas sociais, criação de institutos politécnicos de nível médio e das universidades, quer públicas como privadas. Este processo incentivou o retomo às aulas da parte de muitos pais, sustentando a esperança de um dia atingir o nível superior de formação.

d) Período de contactos entre a família e a escola

A necessidade dos Encarregados de Educação interagirem com a escola não tem a mesma intensidade ao longo do ano lectivo. Como podemos observar na Tabela seguinte.

Tabela 6

Período de contacto

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Início das aulas	23	37,7	37,7	37,7
Fim do trimestre	9	14,8	14,8	52,5
Fim do ano letivo	20	32,8	32,8	85,2
Ao longo das aulas	9	14,8	14,8	100,0
Total	61	100,0	100,0	

Quando se perguntou o período de contacto dos pais com a escola ao longo do ano os professores afirmaram variar de acordo com a época do ano. Como podemos observar a Tabela 6 existem dois períodos que predominam, o primeiro situa-se no início das aulas (37,7%) e o segundo no fim do ano lectivo (32,8%).

No início das aulas os Encarregados de Educação dirigem-se às escolas, por um lado, para conseguir uma vaga para o seu filho, por outro, para acompanhar o filho a conhecer a sala de aula, o professor e verificar o nome na lista publicada pela escola. No fim do ano lectivo, os encarregados marcam a sua presença na escola para saber do

resultado final dos seus filhos. Nesta época os pais vão à escola dos seus filhos para saber se aprovaram ou reprovaram. Muitas vezes, apesar de não terem acompanhado a sua vida escolar, não estão preparados a encarar um resultado negativo.

Um dos períodos mais importantes para o aluno é aquele em que ocorrem as aulas. Este é o período mais importante, pois o aluno aprende do professor conteúdos que irão determinar, ou no mínimo influenciar o seu percurso escolar. Neste período, para além da aprendizagem já referida, o aluno é avaliado continuamente pelo professor para acompanhar a sua evolução. Apesar da sua pertinência, este é o período em que os Pais/Encarregados de Educação estão afastados da escola. Daí o resultado da tabela (14,8%) coincide com o fim de cada trimestre.

Os Pais/Encarregados de Educação devem envolver-se na vida escolar dos seus filhos, não apenas para matricula-los ou saber do resultado final, mas sim, devem fazê-lo continuamente, permitindo-lhes acompanhar a sua evolução escolar.

No período em que ocorrem as aulas os pais não podem delegar a responsabilidade educativa só à escola, cabe-lhes fazer acompanhamento direto dos seus educando comunicando-se constantemente com a escola. Essa falta de acompanhamento ao longo das aulas pode influenciar no insucesso escolar e noutros comportamentos inadequados. Existem casos vividos nas nossas escolas em que o aluno sai de casa para escola, mas não chega à escola e volta à casa nas horas normais de saída da escola.

e) Posicionamento socioeconómico dos encarregados da educação

A próxima Tabela apresenta a situação profissional dos Encarregados de Educação segundo a perceção dos professores.

Tabela 7

Posição profissional dos Encarregados de Educação

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Desempregados	11	18,0	18,0	18,0
Sem ocupação profissional	6	9,8	9,8	27,9
Trabalhadores por conta de outrem	12	19,7	19,7	47,5
Trabalhadores p c/ própria	23	37,7	37,7	85,2
Comerciantes/vendedores	9	14,8	14,8	100,0
Total	61	100,0	100,0	

Interessou-nos saber a posição profissional dos pais, este indicador para nossa pesquisa é muito importante, pois a ocupação profissional dos pais pode influenciar a sua frequência ou interação com a escola.

Dentro do universo dos Encarregados de Educação que frequentam o espaço escolar dos seus filhos, 37,7% é a percentagem atribuída aos que trabalham por conta própria, seguido dos trabalhadores por conta de outrem (19,7%), os desempregados e os vendedores ou comerciantes de pequenos negócios atingiram 18% e 14,8% respectivamente, e os Encarregados de Educação sem ocupação profissional correspondem a 9,8%.

A zona da Mabor é predominantemente habitada por uma população comerciante e que desenvolve trabalhos por conta própria, através de oficinas de mecânica, marcenaria, e outras, para além da expansão de vendas clandestinas, ou desordenadas nas portas de casas, butiques, barracas, etc. Numa dimensão menor, em relação à primeira classificada, nesta zona habitam pessoas que desenvolvem as suas atividades em empresas e outras instituições oficiais.

f) Quem mais toma iniciativas para os contactos

Da família partem os filhos para escola com a finalidade de dar continuidade ao processo do ensino e aprendizagem. Na escola são recebidos como alunos com a finalidade de contribuir no seu desenvolvimento integral. A partir deste momento a família e a escola começam a interagir, passando a entender que a educação é um dever da família e da escola. Ambas devem interagir para garantir os direitos da criança nas questões referentes ao ensino, fornecendo suporte e apoio para o pleno desenvolvimento da aprendizagem (Varana & Silva, 2010).

A questão sobre quem toma iniciativa para estabelecer e manter os contactos surgiu para perceber, junto dos professores e também dos encarregados, se a escola promove ações que conduzam a ida dos Encarregados de Educação à escola.

Tabela 8

Iniciativa dos contactos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid EE	22	36,1	36,1	36,1
Escola	39	63,9	63,9	100,0
Total	61	100,0	100,0	

Pela observação da tabela 8, entre a escola e os encarregados da educação, representando a família, o estudo revela que é a primeira que mais iniciativas toma para estabelecer interacção entre ambas. 63,9% dos professores afirmam que são as escolas que mais iniciativas tomam para interagir com os pais e encarregados da educação.

À escola como instituição pedagógica e administrativamente estruturada com funções e actividades delineadas, cabe a tomada da iniciativa de estabelecer laços de cooperação com os pais. isto não descarta a possibilidade dos pais tomarem iniciativas tendentes ao mesmo fim. Por isso é que os dados resultantes deste estudo revelam que 36,1% atribuem essa responsabilidade concreta aos pais e encarregados da educação.

Para além desses dados numéricos, os professores reforçam a necessidade da escola criar mecanismos eficazes para melhorar a sua interacção com a família, pois assim ambas as instituições darão o melhor contributo no desenvolvimento integral da pessoa humana, criança/aluno.

g) Regularidade dos contactos

Esta questão procurava saber dos professores qual a regularidade dos contactos entre a família e a escola. Foram definidos como indicadores: nunca ou raramente, algumas vezes, muitas vezes e sempre que necessário, como ilustra a tabela a baixo.

Tabela 9
Regularidade dos contactos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca ou raramente	3	4,9	4,9	4,9
Algumas vezes	21	34,4	34,4	39,3
Muitas vezes	16	26,2	26,2	65,6
Sempre que necessário	21	34,4	34,4	100,0
Total	61	100,0	100,0	

Segundo os nossos respondentes os contactos entre a família e a escola acontecem várias vezes e sempre que necessário (34,4%). Isto significa que apesar das dificuldades que ambas as instituições enfrentam, têm procurado interagir.

h) Factores que dificultam os contactos dos Encarregados de Educação com a escola

Esta pergunta serviu para identificar os factores que mais dificultam o relacionamento entre a família e a escola.

Tabela 10

Dificuldades na regularidade dos contactos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ocupação pais	22	36,1	36,1	36,1
	Aspetos culturais	8	13,1	13,1	49,2
	Falta de interesse EE	8	13,1	13,1	62,3
	Falta iniciativa escola	11	18,0	18,0	80,3
	Outros	12	19,7	19,7	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

Consideramos neste caso dificuldade como todo o elementos físicos ou abstracto que constitui barreira ou obstáculo para concretização de forma eficiente e eficaz o contacto entre a escola e a família. Entre vários aspectos possíveis mencionamos os cinco itens como indicadores de referência.

A ocupação dos pais em outras atividades surge como o principal indicador (com 36,1%), seguido de outros factores não mencionados (com 19,7%). A ocupação profissional dos pais, como já foi mencionado anteriormente, tem influenciado a sua interação com a escola. Os pais como líderes de famílias estão envolvidos na vida laboral, esta ocupação não se enquadra exclusivamente no trabalho, mas também em outras atividades. Outro aspecto apontado como dificuldade e que se deve dar atenção é a falta de iniciativas da escola para promover esses contactos (correspondeu a 18%). Da análise dos questionários verificámos que 11 professores, de um universo de 61, entende que as escolas estudadas não têm tomado iniciativas para incentivar os contactos entre a escola e a família.

Os aspectos culturais e a falta de interesse por parte dos Encarregados de Educação são os que apresentaram menor grau (13,1%). Isto demonstra que apesar dos aspectos culturais existirem, não influenciam profundamente neste relacionamento, na opinião dos professores inquiridos.

i) Participação dos Encarregados de Educação nas atividades organizadas pela escola

Uma das nossas preocupações era saber até que ponto os pais e encarregados da educação participam nas atividades organizadas pela escola.

Tabela 11

Participação dos Pais/Encarregados de Educação

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Insatisfatória	18	29,5	29,5	29,5
Razoável	15	24,6	24,6	54,1
Satisfatória	20	32,8	32,8	86,9
Mto Satisfatória	8	13,1	13,1	100,0
Total	61	100,0	100,0	

Os profissionais que operam no campo da educação procuram envolver os Pais/Encarregados de Educação na vida escolar. A concepção de algumas atividades procuram atingir para além dos alunos, também os seus Pais/Encarregados de Educação. Diante desta questão, os nossos respondentes divergem quanto a participação dos Pais/Encarregados de Educação nas atividades organizadas pela escola. Uns consideram que a participação é satisfatória (32,8%), outros consideram-na insatisfatória (29,5%).

j) Aproveitamento dos alunos

Para concluir o nosso questionário perguntámos aos professores o tipo de alunos que possuíam mais aproveitamento. Colocamos lado a lado os alunos acompanhados pelos Pais/Encarregados de Educação e aqueles que não têm acompanhamento dos Pais/Encarregados de Educação.

Tabela 12

Aproveitamento do aluno

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Alunos acompanhados pelos pais	41	67,2	67,2	67,2
Aliunos sem acompanhamento	1	1,6	1,6	68,9
Anbos	19	31,1	31,1	100,0
Total	61	100,0	100,0	

As crianças saem da família, onde iniciam a sua primeira socialização, e partem escola onde prosseguem e dão continuidade ao processo educativo com os profissionais. Este processo iniciado na família, e que se complementa na escola, para se tornar eficaz é necessário que os profissionais da escola colaborem com a família que está com a criança mais tempo.

Tendo em conta que os pais não apresentam o mesmo comportamento diante da escola, procuramos saber entre os alunos acompanhados pelos pais e aqueles que não têm o acompanhamento dos pais, quais apresentam maior índice de aproveitamento.

Ilustrando a importância do acompanhamento dos alunos pelos Pais/Encarregados de Educação 67,2% dos respondentes afirmam ser aqueles alunos acompanhados pelos Pais/Encarregados de Educação. Podemos ainda verificar que 31,1% entendem que o grau de aproveitamento pode ser repartido, ou seja, tanto aqueles alunos acompanhados pelos pais, como aqueles que não contam com esse acompanhamento podem apresentar um aproveitamento desejado.

1.3. Questionário aos Encarregados de Educação

Para dinamizar o nosso estudo construímos um questionário aos Pais/Encarregados de Educação para perceber o seu ponto de vista sobre o tema em estudo. Responderam aos questionários 109 Pais/Encarregados de Educação das duas escolas. Consideramos importantíssimo o envolvimento dos encarregados da educação neste trabalho, pois são eles que interagem com a escola e acompanham a vida escolar dos seus filhos.

1.3.1. Caracterização dos Encarregados da Educação

a) Caracterização por idade (máxima, mínima e média)

Tabela 13

Caracterização dos Pais/Encarregados de Educação por idade

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
Idade	109	27	69	45,00	8,921
Valid N (listwise)	109				

Dos dados do quadro sobressai a grande amplitude de idades dos Encarregados de Educação para uma média de idades de 45 anos e uma dispersão relativa na ordem dos 20%.

b) Caraterização por sexo

Tabela 14

Caracterização Pais/Encarregados de Educação por Sexo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Masc	44	40,4	40,4	40,4
Fem	65	59,6	59,6	100,0
Total	109	100,0	100,0	

Pela análise da Tabela 14 verificámos que a maioria dos respondentes é do sexo feminino.

c) Identificação por ocupação profissional

Tabela 15

Ocupação profissional dos Pais/Encarregados de Educação

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Desempregados	19	17,4	17,4	17,4
Sem ocupação	15	13,8	13,8	31,2
Empregados por conta de outrem	13	11,9	11,9	43,1
Trabalhadores por conta própria	36	33,0	33,0	76,1
Comerciantes/vendedores	26	23,9	23,9	100,0
Total	109	100,0	100,0	

Pela observação da Tabela 15, verificamos que a maioria dos Encarregados de Educação que interagem com a escola trabalha por conta própria (33%) e são comerciantes de pequenos negócios (23,9%).

d) Caraterização por nível académico

Tabela 16

Nível acadêmico dos Encarregados de Educação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Até à 6ª classe	25	22,9	22,9	22,9
	7ª à 9ª classe	30	27,5	27,5	50,5
	10ª à 13ª classe	33	30,3	30,3	80,7
	Ensino superior	21	19,3	19,3	100,0
	Total	109	100,0	100,0	

Como se pode observar pela Tabela 16, a maioria dos Pais/Encarregados de Educação possuem a 10ª à 13ª classe (30,3%), seguidos dos que possuem da 7ª à 9ª classe (27,5%), dos até à 6ª classe e finalmente dos que possuem um curso superior (19,3%).

1.3.2. Respostas às questões colocadas

Os questionários distribuídos aos encarregados de educação e aos professores para apuramento das suas opiniões sobre a relação escola-família apresentavam um conjunto de questões idênticas permitindo testar a existência de eventuais diferenças de opiniões entre Encarregados de Educação e professores e interpretar o sentido das respostas de cada uma das respetivas subamostras de inquiridos. Para verificar se as respostas diferem significativamente recorreu-se ao teste de independência do Qui-quadrado, tendo-se considerado uma probabilidade de erro tipo I (α) de 0.05 em todas as análises inferenciais.

Nas tabelas seguintes apresenta-se uma síntese dos resultados estatísticos relativamente a cada uma das variáveis consideradas na análise.

a) Relacionamento entre a Escola-encarregados da educação

Tabela 17

Relacionamento Escola - Encarregado de Educação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoável	34	31,2	31,2	31,2
	Bom	51	46,8	46,8	78,0
	Muito Bom	13	11,9	11,9	89,9
	Possível	11	10,1	10,1	100,0
	Total	109	100,0	100,0	

Na opinião dos Encarregados da Educação o seu relacionamento com a escola é bom (46,8%), como pode observar na Tabela 17.

b) Frequência de deslocação á escola (género)

Tabela 18

Frequência da deslocação à escola (género)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Pai	28	25,7	25,7	25,7
	Mãe	81	74,3	74,3	100,0
	Total	109	100,0	100,0	

Como se pode observar a Tabela 8 os nossos respondentes assumem que as mulheres/mães (74,3%) são as que mais frequentam à escola dos seus filhos.

c) Período em que os Encarregados de Educação deslocam-se mais à escola

Tabela 19

Período de contacto

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Início das aulas	37	33,9	33,9	33,9
	Fim do trimestre	24	22,0	22,0	56,0
	Fim do ano letivo	30	27,5	27,5	83,5
	Ao longo das aulas	18	16,5	16,5	100,0
	Total	109	100,0	100,0	

O início das aulas (33,9%) e o fim do ano lectivo (27,5%) são os períodos que os pais e Encarregados de Educação mais se deslocam à escola. Trata-se de períodos em que as escolas sentem-se “asfíxiadas” pelos Encarregados de Educação.

Tabela 20

Iniciativa dos contactos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	EE	28	25,7	25,7	25,7
	Escola	81	74,3	74,3	100,0
	Total	109	100,0	100,0	

Os pais e encarregados da educação reconhecem que a escola é promotora dos contactos. Como podemos observar na Tabela 20, 74,3% afirma que a iniciativa é da escolas. É importante e deve incentivar os pais e encarregados da educação a aproximar a escolar.

d) Factores que dificultam a regularidade dos contactos com a escola

Tabela 21

Dificuldades na regularidade dos contactos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ocupação pais	63	57,8	57,8	57,8
	Aspetos culturais	1	,9	,9	58,7
	Falta iniciativa escola	24	22,0	22,0	80,7
	Outros	21	19,3	19,3	100,0
	Total	109	100,0	100,0	

Entre os factores que constituem obstáculo para que os Encarregados de Educação frequentem constantemente o espaço escolar onde estudam os seus filhos, destacam-se, segundo os nossos respondentes, a ocupação dos pais (57,8%) e a falta de iniciativas da escola (22,0%). Os encarregados esperam da escola mais incentivos para eles sejam motivados a interagir com a escola.

e) Participação nas atividades organizadas pela escola

Tabela 22

Participação dos Encarregados de Educação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Insatisfatória	7	6,4	6,4	6,4
	Razoável	31	28,4	28,4	34,9
	Satisfatória	51	46,8	46,8	81,7
	Mto Satisfatória	20	18,3	18,3	100,0
	Total	109	100,0	100,0	

Apesar das constantes reclamações dos gestores escolares e professores, os Encarregados de Educação que responderam ao nosso questionário, consideram a sua participação nas atividades desenvolvidas pela escola de satisfatória (46,8%), como podemos observar na Tabela anterior.

1.4. Análise conjunta das respostas

Os questionários distribuídos aos Encarregados de Educação e aos professores para apuramento das suas opiniões sobre a relação escola-família apresentavam um conjunto de questões idênticas permitindo testar a existência de eventuais diferenças de opiniões entre encarregados de educação e professores e interpretar o sentido das respostas de cada uma das respetivas subamostras de inquiridos. Para verificar se as respostas diferem significativamente recorreu-se ao teste de independência do Qui-quadrado, tendo-se considerado uma probabilidade de erro tipo I (α) de 0.05 em todas as análises inferenciais.

Nas tabelas seguintes apresenta-se uma síntese dos resultados estatísticos relativamente a cada uma das variáveis consideradas na análise.

1.4.1. Consolidado sobre o relacionamento escola - Encarregados de Educação

Tabela 23

Relacionamento Escola - Encarregados de Educação

Crosstab

			QII-1 Relacionamento escola-encarregado de educação					Total
			Mau	Razoável	Bom	Muito Bom	Possível	
Prof/EE	Professores	Count	1	15	24	5	16	61
		Expected Count	,4	17,6	26,9	6,5	9,7	61,0
		% within Prof/EE	1,6%	24,6%	39,3%	8,2%	26,2%	100,0%
		Adjusted Residual	1,3	-,9	-,9	-,8	2,8	
Enc Educação		Count	0	34	51	13	11	109
		Expected Count	,6	31,4	48,1	11,5	17,3	109,0
		% within Prof/EE	0,0%	31,2%	46,8%	11,9%	10,1%	100,0%
		Adjusted Residual	-1,3	,9	,9	,8	-2,8	
Total		Count	1	49	75	18	27	170
		Expected Count	1,0	49,0	75,0	18,0	27,0	170,0
		% within Prof/EE	0,6%	28,8%	44,1%	10,6%	15,9%	100,0%

Tabela 24

Teste Qui-quadrado relacionamento Escola - Encarregados de Educação

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	9,797 ^a	4	,044
Likelihood Ratio	9,767	4	,045
Linear-by-Linear Association	3,806	1	,051
N of Valid Cases	170		

a. 2 cells (20,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,36.

Os dados mostram a existência de uma relação de dependência entre as variáveis ($\chi^2=9,797$; $df=4$; $p=0,044$), ou seja, a apreciação do relacionamento escola-encarregados de educação é significativamente diferente entre os encarregados de educação e os professores. Por outro lado, do contraste entre valores observados e valores esperados e da observação dos resíduos ajustados ($> |\pm 1,96|$) concluiu-se que o sentido das diferenças reside na categoria ‘possível’, uma vez que é nas células desta opção de resposta que se registam os valores que mais significativamente se afastam da hipótese de independência (H_0) das variáveis.

Tabela 25

Relação da deslocação à Escola

Crosstab

			QII-2 Deslocação à escola		Total
			Pai	Mãe	
Prof/EE	Professores	Count	22	39	61
		Expected Count	17,9	43,1	61,0
		% within Prof/EE	36,1%	63,9%	100,0%
		Adjusted Residual	1,4	-1,4	
Enc Educação		Count	28	81	109
		Expected Count	32,1	76,9	109,0
		% within Prof/EE	25,7%	74,3%	100,0%
		Adjusted Residual	-1,4	1,4	
Total		Count	50	120	170
		Expected Count	50,0	120,0	170,0
		% within Prof/EE	29,4%	70,6%	100,0%

Tabela 26

Teste Qui-quadrado relação da deslocação à Escola

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	2,029 ^a	1	,154		
Continuity Correction ^b	1,560	1	,212		
Likelihood Ratio	1,999	1	,157		
Fisher's Exact Test				,164	,106
Linear-by-Linear Association	2,017	1	,156		
N of Valid Cases	170				

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 17,94.

b. Computed only for a 2x2 table

Pela análise das tabelas verificamos que não existe uma relação de dependência entre as variáveis ($\chi^2 = 2,029$; $df = 1$; $p = 0,154$). Sendo $p\text{-value} = 0,154 > \alpha = 0,05$ não rejeitamos a hipótese, ou seja, a deslocação à escola por género é independente da opinião dos encarregados de educação e dos professores. A análise dos resíduos estandardizados mostra também que as frequências esperadas diferem das frequências observadas, suportando a hipótese de independência.

Tabela 27

Período de contacto

Crosstab

			QII-4 Período de contacto				Total
			Início das aulas	Fim do trimestre	Fim do ano letivo	Ao longo das aulas	
Prof/EE	Professores	Count	23	9	20	9	61
		Expected Count	21,5	11,8	17,9	9,7	61,0
		% within Prof/EE	37,7%	14,8%	32,8%	14,8%	100,0%
		Adjusted Residual	,5	-1,1	,7	-,3	
	Enc Educação	Count	37	24	30	18	109
		Expected Count	38,5	21,2	32,1	17,3	109,0
		% within Prof/EE	33,9%	22,0%	27,5%	16,5%	100,0%
		Adjusted Residual	-,5	1,1	-,7	,3	
Total	Count	60	33	50	27	170	
	Expected Count	60,0	33,0	50,0	27,0	170,0	
	% within Prof/EE	35,3%	19,4%	29,4%	15,9%	100,0%	

Tabela 28

Teste Qui-quadrado período de contacto

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,665 ^a	3	,645
Likelihood Ratio	1,705	3	,636
Linear-by-Linear Association	,013	1	,909
N of Valid Cases	170		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 9,69.

Pela observação das tabelas verificamos que não existe uma relação de dependência entre as variáveis ($\chi^2 = 1,665$; $df = 3$; $p = 0,645$). Sendo $p\text{-value} = 0,645 > \alpha = 0,05$ não rejeitamos a hipótese, ou seja, o período de contacto é independente da opinião dos encarregados de educação e dos professores. A análise dos resíduos estandardizados mostra também que as frequências esperadas diferem das frequências observadas, suportando a hipótese de independência.

Tabela 29

Relação da iniciativa dos contactos

Crosstab

			QII-6 Iniciativa dos contactos		Total
			EE	Escola	
Prof/EE	Professores	Count	22	39	61
		Expected Count	17,9	43,1	61,0
		% within Prof/EE	36,1%	63,9%	100,0%
		Adjusted Residual	1,4	-1,4	
	Enc Educação	Count	28	81	109
		Expected Count	32,1	76,9	109,0
		% within Prof/EE	25,7%	74,3%	100,0%
		Adjusted Residual	-1,4	1,4	
Total	Count	50	120	170	
	Expected Count	50,0	120,0	170,0	
	% within Prof/EE	29,4%	70,6%	100,0%	

Tabela 30

Teste Qui-quadrado relação da iniciativa dos contactos

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	2,029 ^a	1	,154		
Continuity Correction ^b	1,560	1	,212		
Likelihood Ratio	1,999	1	,157		
Fisher's Exact Test				,164	,106
Linear-by-Linear Association	2,017	1	,156		
N of Valid Cases	170				

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 17,94.

b. Computed only for a 2x2 table

Pela observação das tabelas observamos que não existe uma relação de dependência entre as variáveis ($\chi^2 = 2,029$; $df = 1$; $p = 0,154$). Sendo $p\text{-value} = 0,164 > \alpha = 0,05$, não rejeitamos a hipótese, ou seja, a iniciativa dos contactos é independente da opinião dos encarregados de educação e dos professores. A análise dos resíduos estandardizados mostra também que as frequências esperadas diferem das frequências observadas, suportando a hipótese de independência.

Tabela 31

Relação dificuldades na regularidade dos contactos

			OII-8 Dificuldades na regularidade dos contactos					Total
			Ocupação pais	Aspetos culturais	Falta de interesse EE	Falta iniciativa escola	Outros	
Prof/EE	Professores	Count	22	8	8	11	12	61
		Expected Count	30,5	3,2	2,9	12,6	11,8	61,0
		% within Prof/EE	36,1%	13,1%	13,1%	18,0%	19,7%	100,0%
		Adjusted Residual	-2,7	3,4	3,9	-,6	,1	
Enc Educação	Enc Educação	Count	63	1	0	24	21	109
		Expected Count	54,5	5,8	5,1	22,4	21,2	109,0
		% within Prof/EE	57,8%	0,9%	0,0%	22,0%	19,3%	100,0%
		Adjusted Residual	2,7	-3,4	-3,9	,6	-,1	
Total	Total	Count	85	9	8	35	33	170
		Expected Count	85,0	9,0	8,0	35,0	33,0	170,0
		% within Prof/EE	50,0%	5,3%	4,7%	20,6%	19,4%	100,0%

Tabela 32

Teste Qui-quadrado relação dificuldades na regularidade dos contactos

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	29,286 ^a	4	,000
Likelihood Ratio	31,606	4	,000
Linear-by-Linear Association	1,086	1	,297
N of Valid Cases	170		

a. 2 cells (20,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,87.

Pela análise das tabelas verificamos a existência de uma relação de dependência entre as variáveis ($\chi^2 = 29,286$; $df = 4$; $p = 0,000$). Sendo $p\text{-value} = 0,000 < \alpha = 0,05$ rejeitamos a hipótese, ou seja, a dificuldade na regularidade dos contatos é influenciada pela opinião dos encarregados de educação e dos professores.

Tabela 33

Relação participação Encarregados de Educação

Crosstab

			QII-9 Participação EE				Total
			Insatisfatória	Razoável	Satisfatória	Mto Satisfatória	
Prof/EE	Professores	Count	18	15	20	8	61
		Expected Count	9,0	16,5	25,5	10,0	61,0
		% within Prof/EE	29,5%	24,6%	32,8%	13,1%	100,0%
		Adjusted Residual	4,1	-,5	-1,8	-,9	
Enc Educação	Enc Educação	Count	7	31	51	20	109
		Expected Count	16,0	29,5	45,5	18,0	109,0
		% within Prof/EE	6,4%	28,4%	46,8%	18,3%	100,0%
		Adjusted Residual	-4,1	,5	1,8	,9	
Total	Total	Count	25	46	71	28	170
		Expected Count	25,0	46,0	71,0	28,0	170,0
		% within Prof/EE	14,7%	27,1%	41,8%	16,5%	100,0%

Tabela 34

Teste Qui-quadrado Relação participação Encarregados de Educação

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	16,876 ^a	3	,001
Likelihood Ratio	16,269	3	,001
Linear-by-Linear Association	10,183	1	,001
N of Valid Cases	170		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,97.

Pela análise das tabelas verificamos a existência de uma relação de dependência entre as variáveis ($\chi^2 = 18,876$; $df = 31$; $p = 0,001$). Sendo $p\text{-value} = 0,001 > \alpha = 0,05$ rejeitamos a hipótese, ou seja, a participação dos encarregados de educação é influenciada pela opinião dos encarregados de educação e dos professores.

CONCLUSÃO

Os estudos desenvolvidos sobre a interação família-escola suscitaram sempre interesse, devido à implicação deste relacionamento na vida da escola, da família e do próprio aluno.

O surgimento da escola ao lado da família criou uma forma facilitadora do processo educativo que ao longo dos tempos foi assumido quase exclusivamente pela família. Desde o surgimento da escola, a família jamais se afastou dela, uma vez que complementa o processo educativo que ela (a família) sempre assumiu como iniciadora.

A família, por natureza, é a instituição primária da socialização da criança. A esta cabe, inicialmente, a preparação e o treinamento da criança para a sua integração na sociedade. Como refere Estrela e Vilas-Boas (1997), os pais passam a ser envolvidos desde momentos mais precoces na carreira dos filhos, para tomarem contacto com as tarefas características de cada uma das fases do processo de desenvolvimento vocacional (p. 120).

A abordagem da interação família-escola passa pelo envolvimento dos agentes escolares e Pais e Encarregados de Educação, essa interação é profundamente intermediada pela criança/aluno. A partir do momento em que a família decide enviar o seu filho para a escola, ela semeia linhas que provam confiança entre ela e a escola. Começa a questionar-se sobre qual será o papel da escola na vida do seu filho, e como é que esse filho se vai adaptar ao ambiente escolar, que é uma novidade.

A integração da criança no ambiente escolar, não influencia, apenas a ela, mas também a própria família, uma vez que ela passa a transportar alguns aspectos adaptados no ambiente escolar para casa. Ao objectivar mecanismos que possam facilitar e promover a interação entre a família e a escola, cujo estudo realizou-se em duas escolas primárias, uma pública e outra privada, envolveu-se a visão dos professores, como mestres do processo educativo e dos encarregados como progenitores e iniciadores do processo educativo na criança.

A aplicação do questionário à população-alvo permitiu a colecta de dados, posteriormente interpretados e analisados. Foram colocados à disposição dois questionários: um para os professores e o outro para os Encarregados de Educação.

Os resultados obtidos através dos questionários auxiliados pelo levantamento bibliográfico conduziram-nos a determinadas conclusões e à concretização dos objectivos estabelecidos.

O relacionamento entre a família-escola e a sua implicação na vida do aluno, da escola e da família, tem constituído ao longo dos tempos motivo de estudos e discussões, quer no meio dos académicos, bem como na comunidade (Veiga: 1997;Costa:2003; Reves: 2004; Silva: 2010).

As mudanças que vêm afectando constantemente a sociedade têm tido um reflexo na vida da família e da escola. As transformações que acontecem na família influenciam na mudança de atitudes face às responsabilidades tradicionais da mesma. A integração da mulher na vida económica e industrial, por exemplo, coloca a função de cuidar e orientar os filhos em espaços secundários, pois a pressão que ela sofre, quer pelo trabalho, quer pelo seu desenvolvimento social, passou a constituir um factor de delegação das suas responsabilidades a outras entidades educativas.

Esta pressão pelo trabalho nas zonas urbanas, não tem reflexos apenas na mulher, mas também nos homens. A escola, por sua vez, é muitas vezes “refém” das mutações sociais. As reformas sucessivas nos regimes administrativos e as políticas arrastam consigo a atividade escolar. Isto quer dizer que a atividade desenvolvida pelas escolas está intimamente dependente do regime administrativo e político do país.

Tanto no quadro da gestão e administração escolar, bem como no campo pedagógico, o sistema escolar é contingencial ou situacional (muda de acordo com o contexto, as circunstâncias, os momentos e lugares).

A reforma educativa que visa melhorar a qualidade do ensino, envolve uma cadeia de aspectos cuja concretização não depende apenas da família nem da escola, requer sim envolvimento do Estado. A redução de número de alunos nas salas de aulas, passa pela construção de mais salas, para além de outros aspectos, pois existem mais crianças a integrar no sistema normal de ensino.

Para fazer face às necessidades educativas da criança, é necessário o envolvimento de todos: família, escola e a sociedade. Este envolvimento e a participação, quer da família, como da sociedade na vida escolar, varia de acordo com a realidade local.

As investigações recentes demonstram que a aproximação e cooperação entre a família e a escola têm conhecido melhorias nos últimos tempos, pois, embora pressionados pelas exigências laborais, os pais reconhecem o espaço da escola para os seus filhos e a escola também reconhece a necessidade de envolver os pais e encarregados da educação na sua gestão (Paro, 2000; Revez, 2004; Maria & Polonia, 2007;Varani & Silva, 2010).

A família não se deve afastar da escola, nem a escola deve motivar o afastamento da família às suas atividades.

Os instrumentos de pesquisa construídos para concretização deste estudo, levaram-nos através de determinados indicadores a compreender que:

- O Relacionamento entre a escola e a família, na realidade das escolas estudadas é bom, embora merecer ainda atenção, sobretudo da escola que é responsável primária no estabelecimento de instrumentos que visem a promoção da participação e cooperação com a família;
- Enumeram-se vários factores que condicionam ou dificultam a presença dos pais no espaço escolar dos filhos. Para o nosso caso, a ocupação dos pais, quer no trabalho, como em outras atividades superou os outros factores. Este factor foi assegurado não só pelos professores, mas também pelos próprios encarregados da educação. Ao lado deste, destaca-se também a falta de iniciativas da parte da escola. Entende-se que a escola como instituição doutrinária do processo educativo deve criar mecanismos, políticas que incentivam a cooperação e a participação dos pais na vida escolar.
- Os alunos que recebem o acompanhamento dos pais, geralmente apresentam o maior desempenho, comparando com aqueles não acompanhados. Esta visão não defende que os alunos sem acompanhamento dos pais assumam de forma absoluta menor rendimento. Mas é notável que os alunos acompanhados pelos pais tendem a evoluir mais;
- Os encarregados com nível superior de formação académica são os que menos interagem com a escola. A sua presença na escola frequentada pelos seus filhos não se faz sentir à dimensão da esperada. Este facto explica-se, para além de outras razões, na base suas ocupações sociais, já que constituem a força de trabalho mais desejada nas empresas, consumindo-os mais tempo.
- Os encarregados da educação procuram mais a escola durante o período de matrículas ou início das aulas e no fim de ano lectivo, descartando o período normal de aulas.

No espaço escolar, o aluno não vive apenas aquilo que a família e a escola desejam. A sua interação com outras pessoas provenientes de ambientes diferentes, pode influenciá-lo a outros comportamentos inadequados.

A escola vive problemas que muitas vezes contrariam os seus objectivos, como a indisciplina, o abandono e o insucesso escolares. São problemas que podem ser causados, quer pela família, quer pela escola, ou por outros elementos externos da escola e família.

Para dominar ou alterar o quadro a escola precisa de profissionais competentes. Trata-se de gestores e administradores escolares à dimensão das necessidades da escola moderna. Os professores devem possuir habilidades e competências pedagógicas centralizadas no aluno e nas suas necessidades.

Para a realidade do nosso país, há necessidades cada vez mais exigentes, que se passe efetivamente de professores amadores, que têm a prática pedagógica como simplesmente uma arte, para professores profissionais, que tenham a prática pedagógica como ciência.

A participação dos pais e encarregados da educação nas reuniões convocadas no fim de cada trimestre não pode constituir a única maneira de incentivá-los a envolver-se na vida escolar. Mecanismos motivadores, como convocatórias individuais, palestras, solicitação de contributos e opiniões acerca de algumas situações da escola, concepção de projetos educativos e outros podem ser úteis para aproximá-los à escola.

Quando os professores consideram os valores que o aluno traz da família, estão diretamente a valorizar o papel dos pais. O mesmo acontece com os pais; se acompanharem bem os seus filhos e incentivá-los na realização de tarefas da escola, ajudá-los a compreender o que é dado pelos professores, também estariam a valorizar diante do filho o trabalho do professor.

O processo educativo desenvolvido, quer na família, quer na escola procura assegurar a formação integral da criança, visando garantir a sua integração social, êxito na vida e o bem-estar individual e colectivo.

Face aos resultados obtidos, sugerimos aos gestores escolares, professores e encarregados da educação:

- A Escola como instituição vocacionada, formalmente, ao processo educativo, possuidora de profissionais, deve solicitar esforços para estabelecer políticas estratégicas que incluam mecanismos capazes de influenciar e atrair os pais e encarregados da educação a envolverem-se

na vida escolar dos filhos e a participarem nas atividades por esta organizadas;

- Os pais e encarregados da educação têm a responsabilidade de conduzir os alunos ao ambiente escolar e ajudá-los a permanecer nele de modo adequado;
- Os professores não devem ignorar os valores trazidos de casa para escola, mas sim, avaliá-los e incentiva-los desde que sejam favoráveis, quer ao processo de ensino, como na convivência social;
- O envolvimento dos pais e encarregados da educação nos projetos educativos da escola deve constituir uma aposta dos gestores escolares.
- Os pais e encarregados da educação devem ser incentivados a contactar a escola durante o período normal de aulas e não apenas no início e no fim do ano lectivo.

A Família e a escola não podem atuar na criança de forma isolada. A interação entre ambas influencia positivamente no êxito do aluno. Quando a família e escola caminharem juntas na preparação, treinamento e formação da criança para sua integração social e desenvolvimento pessoal, valores seguros estão a ser alicerçados para a sociedade.

SUGESTÕES/RECOMENDAÇÕES

Face aos resultados obtidos, sugerimos aos gestores escolares, professores e encarregados da educação:

- A Escola como instituição vocacionada, formalmente, ao processo educativo, possuidora de profissionais, deve envidar esforços para estabelecer políticas estratégicas que incluam mecanismos capazes de influenciar e atrair os pais e encarregados da educação a envolverem-se na vida escolar dos filhos e a participarem nas atividades por esta organizadas;
- Os pais e encarregados da educação têm a responsabilidade de conduzir os alunos ao ambiente escolar e ajudá-los a permanecer nele de modo adequado;
- Os professores não devem, por simplesmente, ignorar os valores trazidos de casa para escola, mas sim, avaliá-los e incentiva-los desde que sejam favoráveis, quer ao processo de ensino como, na convivência social;
- O envolvimento dos pais e encarregados da educação no projeto educativo da escola deve constituir uma aposta dos gestores escolares.
- Os pais e encarregados da educação devem ser incentivados a contactar a escola durante o período normal de aulas e não apenas no início e no fim do ano letivo.

A Família e a escola não podem atuar na criança de forma isolada. A interação entre ambas influencia positivamente no êxito do aluno. Quando a família e escola caminharem juntas na preparação, treinamento e formação da criança para sua integração social e desenvolvimento pessoal, valores seguros estão a ser alicerçados para a sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- Aluna, R. (2006). *Cultura Tradicional Bantu*. Lisboa. Paulinas.
- Costa, M. (2003). *Gestão de Conflitos na Escola*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Gaspar, P. & Diogo, F. (2010). *Sociologia da Educação e Administração Escolar*. Plural Editores. Porto.
- Iturra, R. (1990). *A Construção Social do Insucesso Escolar*. Escher.
- Kiura, J. Gitau, R. & Kiura, A. (2005). *A Vida e o Amor*. Luanda: Paulinas.
- Kotler, P. & Keller, K. (2006). *Administração de Marketing*. São Paulo: Prentice Hall.
- Lakatos, E. & Marconi, M. (1999). *Sociologia Geral*. São Paulo: Atlas.
- Lemay, M. (2006). *Que tem a família para oferecer a Criança?* Lisboa: Climpsi.
- Maruja, H. A. (s/d). *A Família e o Sucesso Escolar – Guia para pais e outros educadores*. Lisboa: Presença.
- Maria, A. & Polonia, A. (2007). *A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Mello, L. (2002): *Antropologia Cultural – Iniciação, Teoria e Temas*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Nogueira, M. A. (2006): *Família e Escola na Contemporaneidade: os meandros de uma relação*.
- Revez, M. (2004): *Gestão das Organizações Escolares Liderança Escolar e Clima de Trabalho*. Apartado: Edições Cosmos.
- Revez, M. (2004): *Gestão das Organizações Escolares Liderança Escolar e Clima de Trabalho*. Apartado: Edições Cosmos
- ITURRA, R. (1990): *A Construção Social do Insucesso Escolar*. Escher.
- Silva, P. (2010). *Análise sociológica da relação escola-família*. Sociologia. Departamento de sociologia da FLUP, vol.xx, 2010, pag.443-464.
- Tumbula, S. (2012). *Culturas Organizacionais e Liderança nas Escolas – A gestão por Valores*. Luanda:Textos.
- Veiga, A. (1997). *A Educação Hoje*.Porto: Perpetuo Socorro.

Varani, A. & Silva, D. (2010). *Relação família-escola: Implicações no desempenho escolar dos alunos iniciais do ensino fundamental*. Estudos RBEP.

Vilas-Boas, M. A.(1997). *A Relação Escola-Família-Comunidade inserida na problemática da formação de Professores*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Zago, N. (1994). *Relação Escola – Família Elementos de reflexão sobre um objecto de estudo em construção*.

LEGISLAÇÃO

- 1) Constituição da República de Angola
- 2) Lei de Bases do Sistema de Educação

ANEXOS



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFESSORES

Caro Professor, sou Celestino Matondo Lopes, mestrando em Administração e Gestão Escolar pela Universidade de Évora. Para obtenção do grau de mestre, estou a levar a cabo uma investigação sobre o tema: **“Interacção Família Escola – Estudo comparativo entre uma escola pública e uma escola privada”**. O sucesso desta investigação depende de dados a colectar.

Assim, esperando uma colaboração sua em jeito de participar e contribuir para o sucesso deste trabalho, rogo-lhe que responda as questões a baixo mencionadas, respeitando os princípios de honestidade e sinceridade. Os dados são confidenciais e a sua identidade (nome) nunca será revelada.

I. DADOS PESSOAIS

Idade : _____ anos; Sexo F ___ M ___ Tempo de serviço _____ anos;

II. PERGUNTAS A RESPONDER

1. O relacionamento entre a tua escola e os encarregados da educação é

Mau Razoável Bom Muito bom Possível

2. Em termos de género, os encarregados que mais frequentam ou se deslocam a escola são

Femininos /Mães Masculinos/Pais

3. Nível académico dos encarregados que mais interagem com a escola

Até 6ª classe ; 7ª a 9ª classe ; 10ª a 13ª classe ; Ensino superior

4. Qual é o período em que os encarregados procuram contactar o professor ou a direcção da escola com mais frequência?

No início das aulas ; no fim de cada trimestre ; no fim do ano lectivo ; ao longo das aulas

5. Em termos de posicionamento sócio-económico os encarregados que mais se deslocam à escola e interagem com a direcção e professores são:

Desempregados ; Sem ocupação profissional ; empregados por conta de outrem ; trabalhadores por conta própria ; comerciantes/vendedores

Outra . Qual? _____

6. Quem toma geralmente a iniciativa de estabelecer contactos entre as partes

Encarregados da educação ; Escola

7. Qual a regularidade dos contactos entre a família e a escola?

Nunca ou raramente ; Algumas vezes ; Muitas vezes ; Sempre que necessário

8. Quais as razões que dificultam os contacto da escola com os pais/encarregados de educação?

Ocupação dos pais ; aspectos culturais ; falta de interesse da parte dos pais ; falta de iniciativa da escola ; outros factores Quais? _____

9. A participação dos encarregados nas actividades organizadas pela escola é:

Insatisfatória ; Razoável ; Satisfatória ; Muito satisfatória

10. Entre os alunos cujos pais envolvem-se na sua vida escolar e aqueles que não têm o acompanhamento dos pais, quais apresentam maior índice de aproveitamento

Alunos acompanhados pelos pais ; Alunos sem acompanhamento dos pais ; ambos

Outros comentários que julgue pertinente fazer:

MUITO OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS ENCARREGADOS DA EDUCAÇÃO

Caro Professor, sou Celestino Matondo Lopes, mestrando em Administração e Gestão Escolar pela Universidade de Évora. Para obtenção do grau de mestre, estou a levar a cabo uma investigação sobre o tema: **“Interacção Família Escola – um estudo comparativo de uma escola pública e uma escola privada”**. O sucesso desta investigação depende de dados a colectar.

Assim, esperando uma colaboração sua em jeito de participar e contribuir para o sucesso deste trabalho, rogo-lhe que responda as questões a baixo mencionadas, respeitando os princípios de honestidade e sinceridade. Os dados são confidenciais e a sua identidade (nome) nunca será revelada.

I. DADOS PESSOAIS

Idade: _____ anos; Ocupação profissional: _____

Sexo: F___ M___ Nível académico: _____.

II. PERGUNTAS PARA RESPONDER

1. O relacionamento entre a tua escola e os encarregados da educação é

Mau Razoável Bom Muito bom Possível

2. Em termos de género, os encarregados que mais frequentam ou se deslocam a escola são

Femininos /Mães Masculinos/Pais

3. Qual é o período em que os encarregados procuram contactar o professor ou a direcção da escola com mais frequência?

No início das aulas ; no fim de cada trimestre ; no fim do ano lectivo ; ao longo das aulas

4. Quem toma a iniciativa de estabelecer contactos entre as partes

Encarregados da educação ; Escola

5. O que é que dificulta a regularidade dos contactos entre a família e a escola?

Ocupação dos pais ; aspectos culturais ; falta de interesse da parte dos encarregados
; falta de iniciativas pela escola ; outros factores

6. A participação dos encarregados nas actividades organizadas pela escola é:

Insatisfatória ; Razoável ; Satisfatória ; Muito satisfatória

Alguns comentários :

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO